



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DO TRABALHO, GÉNERO E ACÇÃO SOCIAL
DIRECÇÃO NACIONAL DE OBSERVAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

BOLETIM INFORMATIVO DO MERCADO DO TRABALHO



A photograph showing several workers in red uniforms and yellow hard hats working at industrial machinery in a factory. The image is partially obscured by a large, stylized white diagonal graphic element. In the bottom right corner of the image, the text 'III TRIMESTRE' and '2025' is overlaid.

III TRIMESTRE
2025

Boletim Informativo do Mercado do Trabalho – III Trimestre 2025

FICHA TÉCNICA

Ivete Ângela dos Anjos Ferrão

Alane

Ministra do Trabalho, Género e Acção Social

Editor

Ministério do Trabalho, Género e Acção Social

Direcção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho

Av. 24 de Julho N.º 2298, Caixa Postal N.º 281

Telefone: (21) 420595/420605

Homepage: www.mtgas.gov.mz

Maputo – Moçambique, 2025

Direcção

Emília Rakel Zeferino Munguambe

Directora Nacional

Célio Ricardo Langa

Chefe de Departamento de Estatística

Paulino Baltasar Rosário Bungallah

Chefe de Departamento de Analise do Mercado de Trabalho

Produção

Emília Rakel Zeferino Munguambe, Célio Ricardo Langa, Paulino Baltasar Rosário Bungallah, Malaquias Nhatsave, Ivone Massicame, Cristina Domingos e António Muchine.

Análise de qualidade

Instituto Nacional de Estatística

Impressão

Tiragem

100 Exemplares

Difusão

Ministério do Trabalho, Género e Acção Social

ÍNDICE

PRINCIPAIS RESULTADOS.....	vi
INTRODUÇÃO	8
1. CONJUNTURA ECONÓMICA.....	9
2. EMPREGO.....	10
2.1. Situação geral do emprego.....	10
2.2. Emprego no País	11
2.3. Contratação de mão-de-obra estrangeira.....	12
2.4. Vagas.....	18
2.5. Projectos de Investimentos Aprovados	23
3. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO	25
4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	27
5. SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA.....	28
5.1. Beneficiários no sistema de segurança socia	28
5.2. Contribuintes no sistema de segurança social.....	33
6. REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO.....	35
7. RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS LABORAIS.....	36
8. PROMOÇÃO DA LEGALIDADE LABORAL	38
8.1. Controlo das condições de trabalho.....	38
8.2. Acidentes de trabalho	42
8.3. Divulgação da legislação laboral.....	44
9. GLOSSÁRIO.....	49

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Número de Empregos registados em Moçambique e na RAS, por trimestre e sexo dos beneficiários, segundo tipo de acção, 2024 e 2025	10
Quadro 2 – Número de Empregos registados por trimestre e sexo dos beneficiários, segundo Unidade territorial, 2024 e 2025	12
Quadro 3 – Total de trabalhadores estrangeiros, por modalidade e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	13
Quadro 4 – Trabalhadores estrangeiros por modalidade e duração, por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	14
Quadro 5 – Trabalhadores estrangeiros segundo sector de actividade, por trimestre, 2024.....	15
Quadro 6 – Trabalhadores estrangeiros por sexo segundo unidade territorial, III trimestre 2025	17
Quadro 7 – Vagas publicadas, por trimestre, segundo Unidade territorial,2024 e 2025	18
Quadro 8 – Vagas publicadas segundo ramo de actividade, III trimestre 2025	19
Quadro 9 – Número de projectos de investimento aprovados e empregos previstos por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	24
Quadro 10 – Número de projectos de investimento aprovados e empregos previstos por trimestre, segundo ramo de actividade 2024 e 2025	25
Quadro 11 – Desemprego registado, no II trimestre de 2024 e do III trimestre de 2025, segundo unidade territorial	26
Quadro 12 - Inscrição de desempregados, por sexo e trimestre, segundo unidade	27
Quadro 13 – Formação profissional no IFPELAC por sexo e trimestre segundo unidade territorial, 2024 e 2025	28
Quadro 14 – Trabalhadores por conta de outrem, activos no sistema de segurança social, por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	29
Quadro 15 – Trabalhadores por conta de outrem, inscritos no sistema de segurança social por sexo e trimestre, segundo unidade territorial2024 e 2025	31
Quadro 16 – Trabalhadores por conta própria activos fim do trimestre, 2024 e 2025	32
Quadro 17 – Trabalhadores por conta própria inscritos no sistema de segurança social por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	33
Quadro 18 – Contribuintes activos no sistema de segurança social por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	34
Quadro 19 - Contribuintes inscritos no sistema de segurança social por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	35
Quadro 20 – IRCT depositados e trabalhadores abrangidos por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	36
Quadro 21 – Mediação laboral por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	37
Quadro 22 – Trabalhadores abrangidos na mediação laboral por sexo, segundo unidade territorial, III trimestre, 2025	38
Quadro 23 – Estabelecimentos fiscalizados, trabalhadores abrangidos, por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	39
Quadro 24 – Trabalhadores estrangeiros ilegais suspensos por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025	39
Quadro 25 – Infracções registadas por trimestre com multa e sem multa, segundo Unidade territorial, 2024 e 2025	41
Quadro 26 – Trabalhadores accidentados registados por trimestre e tipo de incapacidade,	43
Quadro 27 – Trabalhadores accidentados registados por sexo e trimestre, segundo	44
Quadro 28 – Trabalhadores abrangidos nas palestras de mediação laboral, por sexo segundo unidade territorial e actividade, III trimestre 2025	45
Quadro 29 – Palestras realizadas por acção, número de empresas, trabalhadores por sexo segundo unidade territorial, III trimestre 2025	46
Quadro 30 - Palestras realizadas por acção, número de empresas, trabalhadores por sexo, segundo actividade, III trimestre 2025	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Vagas publicadas segundo nível de escolaridade por trimestre, 2025	20
Gráfico 2 - Vagas publicadas segundo Sector, III trimestre 2025.....	21
Gráfico 3 - Vagas publicadas segundo exigência do conhecimento de língua estrangeira por trimestre, 2025	22
Gráfico 4 - Vagas publicadas segundo exigência da experiência profissional por trimestre, 2025	23
Gráfico 5 - Trabalhadores por conta de outrem, activos no sistema de segurança social por trimestre, 2024 e 2025	30
Gráfico 6 - Infracções registadas por trimestre, 2024 e 2025	41
Quadro 7- Acidentes de trabalho por actividade no III trimestre de 2025	44

ABREVIATURAS

Ant. - Anterior

APE – Agência Privada de Emprego

APIEX – Agência de Promoção de Investimentos e Exportações

CFP – Centro de Formação Profissional

COMAL – Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral

DNOMT - Direcção Nacional de Observação do Mercado do Trabalho

DNT - Direcção Nacional do Trabalho

DNTM – Direcção Nacional do Trabalho Migratório

e-FRN - Folha de Relação Nominal Electrónica

Estab. - Estabelecimento

ETB – Ensino Técnico Básico

ETM – Ensino Técnico Médio

H – Homens

HM – Homens e mulheres

Hom. - Homólogo

IFPELAC – Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo

IGT – Inspecção Geral do Trabalho

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEP – Instituto Nacional de Emprego

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social

IOF – Inquérito ao Orçamento Familiar

IPP – Incapacidade Permanente Parcial

IPT – Incapacidade Permanente Total

IT – Incapacidade Temporária

M – Mulheres

MJD - Ministério da Juventude e Desporto

MTGAS – Ministério do Trabalho, Género e Ação Social

PEA – População Economicamente Activa

Per. - Período

Proj. Invest. – Projectos de Investimento

RAS – República da África do Sul

SIMIGRA – Sistema de Gestão do Fenómeno Migratório

SISSMO – Sistema de Informação de Segurança Social de Moçambique

Trab – Trabalhadores

Trim. – Trimestre

Var. (%) – Variação em percentagem

Sinais Convencionais

Hífen (-) Nulo

Dois pontos (..) Categoría não aplicável

Reticências (...) Dados não disponíveis à data da publicação

PRINCIPAIS RESULTADOS

Durante o III trimestre de 2025, foram registados 50 570 empregos, representando uma redução homóloga de 61,8% face aos 132 210 empregos contabilizados no mesmo período de 2024 e uma queda trimestral de 15,7% em comparação com o II trimestre de 2025.

As maiores contribuições para o emprego no período provêm da Folha de Relação Nominal Electrónica (e-FRN), com 30 714 empregos, seguida do trabalho portuário (3 723) e da contratação de mão-de-obra estrangeira (5 761). O recrutamento para as minas da RAS apresentou forte contracção, enquanto as farmas da RAS registaram evolução excepcional, alcançando 4 369 empregos, superando largamente os níveis homólogos e trimestrais anteriores.

No País foram registados 43 838 empregos, equivalendo a uma redução homóloga de 63,5% e uma queda de 14,4% face ao período anterior. A diminuição foi generalizada entre províncias, com quedas superiores a 70% em Cabo Delgado, Inhambane, Tete, Nampula e Cidade de Maputo. As províncias que apresentaram sinais de recuperação incluem Maputo, Zambézia e Manica.

A contratação de mão-de-obra estrangeira totalizou 5 761 trabalhadores, registando um ligeiro aumento trimestral (0,3%) e um crescimento homólogo de 8,4%. A maioria (5 532) foi contratada sem necessidade de autorização de trabalho, enquanto 229 trabalhadores requereram autorização formal. As províncias com maior peso foram Cidade de Maputo, Maputo, Sofala e Cabo Delgado, sendo este último destaque pelo aumento expressivo do regime de 180 dias (de 4 para 198 trabalhadores).

No que diz respeito às vagas publicadas, observou-se uma explosão no número de oportunidades divulgadas: 5 559 vagas, equivalente a 296,2% de aumento homólogo e 513,6% de crescimento trimestral. A oferta foi fortemente dominada pelo sector público, responsável por 74,0% das vagas, reflectindo concursos, substituição de quadros e expansão de serviços essenciais. Os níveis de escolaridade exigidos concentraram-se marcadamente no Ensino Técnico Médio (74,6%), enquanto todas as vagas exigiram experiência profissional prévia.

Quanto aos projectos de investimento, foram aprovados 89 projectos, com previsão de gerar 18 929 empregos. Os maiores impactos verificaram-se em Tete (5 375 empregos previstos) e Cidade de Maputo (9 351 empregos). Zambézia não registou qualquer projecto no período.

O desemprego registado nos centros de emprego atingiu 198 652 cidadãos, o que corresponde a aumento de 6,1%, quando comparado com período homólogo e 1,5% face ao anterior. Os homens representam a maioria (144 823), mantendo a tendência estrutural observada nos trimestres anteriores. A inscrição de novos desempregados fixou-se em 3 768 indivíduos.

Na formação profissional, o IFPELAC formou 4 634 candidatos, equivalendo a um crescimento face ao período homólogo de 45,7% e um ligeiro aumento face ao período anterior de 1,3%. A participação masculina permanece superior (2 686 formandos), com destaque para Nampula e Maputo Cidade.

O sistema de segurança social obrigatória registou 738 252 trabalhadores activos, correspondendo a uma subida face ao período homólogo, de 10,2%. Contudo, verificou-se ligeira queda quando comparado com período anterior, de -0,3%.

No plano das relações laborais, foram depositados 138 Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho, um aumento expressivo de 172,5% face ao período homólogo, abrangendo 57 350 trabalhadores. No domínio da resolução extrajudicial de conflitos, registaram-se 1 427 processos de mediação, dos quais 85,8% resultaram em acordo, demonstrando elevada taxa de resolução, embora com forte concentração territorial em Sofala e Cidade de Maputo.

INTRODUÇÃO

O Boletim Informativo do Mercado de Trabalho tem por objectivo analisar o comportamento das diversas dinâmicas que influenciam o mercado de trabalho, nas suas principais dimensões: emprego, formação profissional, segurança social obrigatória, relações laborais e promoção da legalidade no trabalho.

As fontes de informação utilizadas incluem o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Agência de Promoção de Investimento e Exportação (APIEX), bem como os registos administrativos do Ministério do Trabalho, Género e Acção Social (MTGAS) e do Ministério da Juventude e Desporto (MJD). Adicionalmente, foram utilizadas plataformas electrónicas como a folha de relação nominal (e-FRN), o Sistema de Gestão da Contratação da Mão-de-Obra Estrangeira (SIMIGRA) e o Sistema de Informação da Segurança Social (SISSMO), procurando-se sempre, sempre que possível, fazer referência ao desempenho nos períodos anterior e homólogo.

O presente boletim está estruturado em oito (8) capítulos, iniciando-se com a análise da conjuntura económica, seguida pelos capítulos de emprego e desemprego registado, formação profissional, regulamentação colectiva de trabalho, resolução extrajudicial de conflitos laborais e, por fim, promoção da legalidade laboral, bem como higiene, segurança e saúde ocupacional.

1. CONJUNTURA ECONÓMICA

No II trimestre de 2025, segundo o INE, o Indicador do Clima Económico manteve-se em queda pelo terceiro trimestre consecutivo, situando-se abaixo da média histórica, influenciado pela deterioração das expectativas de emprego e da procura. O indicador de expectativas de emprego atingiu o nível mais baixo desde o III trimestre de 2021, com quedas expressivas no comércio e na produção industrial, apenas compensadas por um ligeiro aumento no sector dos serviços. O comércio registou a quebra mais acentuada de confiança dos últimos treze trimestres, penalizado pela fraca procura e perspectivas desfavoráveis de vendas. Por outro lado, a produção industrial foi afectada por constrangimentos como falta de matérias-primas, acesso limitado a crédito e escassez de pessoal qualificado, enquanto os serviços registaram ligeira recuperação graças ao aumento da actividade actual e das expectativas de volume de negócios.

Ainda segundo o INE, cerca de 36,8% das empresas reportaram obstáculos à sua actividade, com destaque para a baixa procura, a concorrência e a carência de insumos e trabalhadores qualificados. O cenário geral mantém-se desafiante para a dinamização do emprego, reflectindo fragilidades persistentes na procura interna e nos sectores produtivos, o que exige políticas de estímulo mais direcionadas e medidas que atenuem os constrangimentos que limitam a geração de trabalho formal e sustentável (*Fonte: Indicadores de Confiança e de Clima Económico – II Trimestre 2025, INE*).

Segundo o Banco de Moçambique, no período em referência a taxa de juro de política monetária (taxa MIMO¹) foi reduzida de 11,00 % para 10,25 %, reflectindo a estabilização das expectativas de inflação em um dígitos a médio prazo, apoiada por uma taxa de câmbio estável e preços internacionais favoráveis, apesar dos riscos internos persistentes.

Esta redução pode representar um ambiente mais acessível de custo de financiamento para as famílias e empresas. No contexto laboral, tal ambiente tende a favorecer a recuperação da actividade económica e, por consequência, a criação de mais empregos, especialmente no sector formal. A menor pressão financeira sobre as empresas e maior disponibilidade de crédito podem acelerar a geração de postos de trabalho e apoiar a reintegração de desempregados, uma dinâmica que reforça a componente emprego da conjuntura económica analisada segundo o INE.

¹ Taxa MIMO (**Taxa do Mercado Interbancário de Moçambique**) é a taxa que influencia o preço do dinheiro no mercado, ou seja, influencia o nível das restantes taxas de juro no mercado.

2. EMPREGO

2.1. Situação geral do emprego

No III trimestre de 2025, foram registados 50 570 empregos no País e na RAS, contra 132 210 no mesmo período de 2024, o que corresponde a uma redução homóloga de 61,8%. Em comparação com o trimestre anterior, no qual se haviam registado 60 004 empregos, observa-se igualmente uma queda de 15,7%. Tal desempenho evidencia um abrandamento generalizado do mercado laboral, com impacto directo na maioria das acções que compõem o emprego registado.

As maiores contribuições para o resultado do trimestre provêm, como habitualmente, da e-FRN, que contabilizou 30 714 empregos, seguindo-se o trabalho portuário, com 3 723, e a contratação de mão-de-obra estrangeira, com 5 761 trabalhadores. Ao contrário do observado no período anterior, o recrutamento para as minas da RAS registou 2 363 empregos, reflectindo uma contracção acentuada. Por outro lado, o recrutamento para as farmas da RAS revelou evolução francamente positiva, atingindo 4 369 postos, valor que supera amplamente tanto o homólogo quanto o período anterior, tornando-se uma das componentes mais dinâmicas do período.

Outrossim, sectores como as admissões no sector público, que caíram para 1 812 postos, os fundos públicos, que registaram 249 empregos, e as associações produtivas, com 693 postos, apresentaram reduções muito expressivas face ao período homólogo. Apesar deste comportamento globalmente negativo, a forte expansão do recrutamento para as farmas da RAS e o ligeiro crescimento da contratação de estrangeiros revelam movimentos pontuais de dinamismo, sugerindo que alguns segmentos específicos do mercado de trabalho mantêm capacidade de resposta e ajustamento às necessidades sectoriais (Quadro 1).

Quadro 1 – Número de Empregos registados em Moçambique e na RAS, por trimestre e sexo dos beneficiários, segundo tipo de acção, 2024 e 2025

Acção	III Trim 2024	II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
		HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Total	132 210	60 004	44 314	15 690	50 570	39 832	10 738	-61,8	-15,7
Admissões Sector Público	2 650	335	192	143	1 812	805	1 007	-31,6	..
Auto-Emprego via kit	1 554	1 050	682	368	886	472	414	-43,	-15,6
Fundos Públicos	9 959	543	308	235	249	116	133	-97,5	-54,1
e-FRN	77 785	40 372	26 768	13 604	30 714	22 649	8 065	-60,5	-23,9
Contratação de estrangeiros	5 316	5 743	5 464	279	5 761	5 440	321	8,4	0,3
Recrutamento para as minas da RAS	10 268	7 535	7 535	-	2 363	2 363	-	-77,0	-68,6
Recrutamento para as farmas da RAS	1 690	1 260	1 231	29	4 369	4 138	231	258,5	246,7
Associações produtivas	2 462	1 599	569	1 030	693	207	486	-71,9	-56,7
Trabalho Portuário	20 526	1 567	1 565	2	3 723	3 642	81	-81,9	137,6

Fonte: MJD e DNTM

2.2. Emprego no País

No III trimestre de 2025, foram registados 43 838 empregos em todo o País, valor que contrasta de forma expressiva com os 120 252 postos contabilizados no período homólogo, traduzindo uma redução homóloga de 63,5%. Face ao II trimestre de 2025, em que haviam sido registados 51 209 empregos, verifica-se igualmente uma diminuição de 14,4%, evidenciando uma desaceleração generalizada do mercado laboral. A queda homóloga é transversal à quase totalidade das províncias, destacando-se reduções superiores a 70% em Cabo Delgado, Inhambane, Tete, Nampula e Cidade de Maputo.

A província de Maputo apresenta o melhor comportamento relativo, registando um ligeiro aumento homólogo de 1,1% e um crescimento trimestral de 19,0%, atingindo 12 705 empregos. A Cidade de Maputo também revela sinais de recuperação no curto prazo, crescendo 41,4% face ao trimestre anterior, embora se mantenha 78,1% abaixo do nível homólogo. Zambézia, Manica e Niassa registaram igualmente variações trimestrais positivas, com crescimentos de 74,7%, 20,8% e 20,5%, respectivamente, sugerindo reanimação parcial das actividades económicas.

Por outro lado, diversas províncias apresentaram quedas muito acentuadas, influenciando negativamente o total nacional. Tete registou um declínio homólogo de 80,0% e uma redução trimestral de 70,3%, situando-se entre os desempenhos mais baixos do trimestre. Cabo Delgado, Inhambane e Nampula evidenciam igualmente forte contracção, acompanhada por variações trimestrais negativas significativas. Em Gaza, apesar do elevado volume de empregos no período anterior, observou-se um recuo de 59,7% no curto prazo, reforçando o quadro de desaceleração generalizada. Estes resultados demonstram que, embora algumas províncias revelem sinais pontuais de recuperação, o comportamento agregado do emprego permanece marcadamente desfavorável (Quadro 2).

Quadro 2 – Número de Empregos registados por trimestre e sexo dos beneficiários, segundo Unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
		HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	120 252	51 209	35 548	15 661	43 838	33 331	10 507	-63,5	-14,4
Niassa	994	743	584	159	895	695	200	-10,0	20,5
Cabo Delgado	11 392	1 523	1 216	307	1 542	1 374	168	-86,5	1,2
Nampula	20 836	5 073	3 528	1 545	4 195	2 456	1 739	-79,9	-17,3
Zambézia	7 100	2 991	2 488	503	5 226	4 100	1 126	-26,4	74,7
Tete	11 462	7 707	5 495	2 212	2 289	1 845	444	-80,0	-70,3
Manica	6 473	2 719	2 180	539	3 285	3 022	263	-49,3	20,8
Sofala	13 606	7 309	5 408	1 901	4 945	4 317	628	-63,7	-32,3
Inhambane	7 110	1 342	1 040	302	968	762	206	-86,4	-27,9
Gaza	7 610	7 861	3 312	4 549	3 167	1 438	1 729	-58,4	-59,7
Maputo	12 561	10 673	7 489	3 184	12 705	9 364	3 341	1,1	19,0
Cidade de Maputo	21 108	3 268	2 808	460	4 621	3 958	663	-78,1	41,4

Fonte: MJD e DNTM

2.3. Contratação de mão-de-obra estrangeira

No período em análise foram registados 5 761 trabalhadores estrangeiros no País, número que supera ligeiramente os 5 743 contabilizados no período anterior e representa um crescimento de 0,3%. Quando comparado ao período homólogo, observa-se um aumento de 8,4%, revelando um reforço da presença de mão-de-obra estrangeira no mercado laboral. Esta evolução sugere que, apesar da desaceleração noutros segmentos do emprego formal, a procura por competências externas especializadas manteve-se relativamente estável.

A análise por modalidade revela que a maioria dos trabalhadores estrangeiros continua a ser contratada sem necessitar de autorização de trabalho, modalidade que contabilizou 5 532 trabalhadores no trimestre, valor ligeiramente inferior ao do trimestre anterior e ainda abaixo do homólogo. Por outro lado, as contratações mediante autorização de trabalho registaram 229 trabalhadores, superando tanto o trimestre anterior como o homólogo, com variações acentuadas em províncias específicas. Entre os casos mais notórios destaca-se Sofala, que registou forte expansão deste regime (101 trabalhadores), e Cabo Delgado, que duplicou o total de estrangeiros face ao homólogo, atingindo 783 trabalhadores.

Em contrapartida, várias províncias apresentaram reduções significativas, sinalizando ajustamentos territoriais na utilização de mão-de-obra estrangeira. Manica e Inhambane registaram quedas homólogas de 47,1% e 21,3%, respectivamente, acompanhadas de recuos trimestrais de 36,5% e 40,5%. Tete e Nampula também

evidenciaram contracções relativamente ao trimestre anterior, enquanto Maputo e Cidade de Maputo mantiveram desempenhos positivos no curto prazo, com crescimentos trimestrais de 71,1% e 8,6%, respectivamente. No conjunto, os resultados indicam que, embora o volume global de trabalhadores estrangeiros se mantenha relativamente estável, a distribuição provincial e as modalidades de contratação revelam dinâmicas diferenciadas e ajustamentos importantes no perfil da mão-de-obra externa utilizada no País (Quadro 3).

Quadro 3 – Total de trabalhadores estrangeiros, por modalidade e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	Total			Modalidade						Var. (%)	
				Não Mediante Autorização de Trabalho			Mediante Autorização de Trabalho				
	III Tri. 2024	II Tri. 2025	III Tri. 2025	III Tri. 2024	II Tri. 2025	III Tri. 2025	III Tri. 2024	II Tri. 2025	III Tri. 2025	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	5 316	5 743	5 761	5 007	5 565	5 532	309	178	229	8,4	0,3
Niassa	88	102	110	87	100	109	1	2	1	25,0	7,8
Cabo Delgado	391	374	783	371	348	771	20	26	12	100,3	109,4
Nampula	627	786	600	607	777	597	20	9	3	-4,3	-23,7
Zambézia	372	277	336	289	272	332	83	5	4	-9,7	21,3
Tete	496	537	470	486	525	461	10	12	9	-5,2	-12,5
Manica	573	477	303	572	473	302	1	4	1	-47,1	-36,5
Sofala	384	1 135	784	373	1 108	683	11	27	101	104,2	-30,9
Inhambane	267	353	210	267	350	206	0	3	4	-21,3	-40,5
Gaza	120	105	121	109	94	111	11	11	10	0,8	15,2
Maputo	877	495	847	816	483	823	61	12	24	-3,4	71,1
Cidade de Maputo	1 121	1 102	1 197	1 030	1 035	1 137	91	67	60	6,8	8,6

Fonte: DNTM

No período em análise, a contratação de trabalhadores estrangeiros por modalidade e duração totalizou níveis diferenciados entre províncias, destacando-se a predominância da quota legal, que registou 4 069 trabalhadores, ligeiramente abaixo dos 4 261 registados no trimestre anterior, mas ainda substancialmente acima dos 3 816 contabilizados no período homólogo. Em contraste, observou-se uma redução na modalidade de curta duração (120 dias), que passou de 728 trabalhadores no II trimestre de 2025 para 563 no período em análise, embora permaneça superior ao homólogo (470). A modalidade de 180 dias, por sua vez, apresentou recuperação significativa, aumentando de 133 para 294 trabalhadores no trimestre, superando igualmente o total homólogo.

As dinâmicas provinciais revelam comportamentos bastante diferenciados. Nampula, Tete, Sofala e Cidade de Maputo figuram entre as províncias com maior utilização da quota legal, destacando-se a Cidade de Maputo com 938 trabalhadores, resultado

acima dos trimestres anterior e homólogo. Cabo Delgado registou expansão expressiva na modalidade de 180 dias, passando de 4 trabalhadores no trimestre anterior para 198, sinalizando intensificação de operações que requerem mão-de-obra temporária especializada. Na modalidade de 120 dias, observam-se aumentos relevantes em Maputo (131 trabalhadores) e estabilidade elevada na Cidade de Maputo (166 trabalhadores), enquanto províncias como Manica e Gaza registaram valores residuais.

A contratação associada a projectos de investimento também apresentou evolução heterogénea. O total nacional ascendeu a 606 trabalhadores, aumentando face aos 443 do trimestre anterior e superando amplamente os 363 registados no período homólogo. Este crescimento foi impulsionado principalmente por Cabo Delgado, Nampula, Sofala e Maputo. Em sentido inverso, Zambézia, Manica e Gaza não registaram contratações significativas via projectos de investimento. No conjunto, os resultados do quadro indicam que, apesar das oscilações entre modalidades, a contratação de estrangeiros continua a desempenhar papel relevante na satisfação das necessidades de mão-de-obra qualificada em sectores estratégicos da economia (Quadro 4).

Quadro 4 – Trabalhadores estrangeiros por modalidade e duração, por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	Modalidade											
	Curta Duração						Âmbito de cota					
	120 Dias			180 Dias			Quota Legal			Proj. de Invest.		
	III Tri. 2024	II Tri. 2025	III Tri. 2025	III Tri. 2024	II Tri. 2025	III Tri. 2025	III Tri. 2024	II Tri. 2025	III Tri. 2025	III Tri. 2024	II Tri. 2025	III Tri. 2025
Moçambique	470	728	563	358	133	294	3 816	4 261	4 069	363	443	606
Niassa	14	-	4	-	-	-	73	93	104	-	7	1
Cabo Delgado	14	5	3	31	4	198	326	144	213	-	195	357
Nampula	32	137	57	26	24	-	440	560	437	109	56	103
Zambézia	2	61	48	-	-	-	287	211	284	-	-	-
Tete	98	110	85	75	35	32	273	320	305	40	60	39
Manica	18	5	1	7	-	-	547	468	301	-	-	-
Sofala	46	198	62	8	1	-	319	909	621	-	-	-
Inhambane	17	7	6	99	69	22	125	268	171	26	6	7
Gaza	3	1	-	-	-	-	84	76	93	22	17	18
Maputo	76	44	131	112	-	42	548	423	602	80	16	48
Cidade de Maputo	150	160	166	-	-	-	794	789	938	86	86	33

Fonte: DNTM

No III trimestre de 2025, foram registados 5 761 trabalhadores estrangeiros distribuídos pelos diversos sectores de actividade económica, número que representa um aumento homólogo de 8,4% face aos 5 316 trabalhadores do III trimestre de 2024 e uma variação trimestral marginal de 0,3% em relação ao trimestre anterior. Esta

evolução global revela ligeira expansão na contratação de mão-de-obra externa, ainda que com comportamentos bastante diferenciados entre sectores, alguns deles em forte desaceleração e outros em notável crescimento.

As actividades económicas com maior utilização de trabalhadores estrangeiros mantêm-se relativamente estáveis no padrão histórico, com destaque para o comércio por grosso e a retalho, que contabilizou 2 616 trabalhadores, embora tenha registado reduções tanto homólogas (-14,4%) quanto trimestrais (-8,5%). A indústria extractiva, impulsionada pelas operações de mineração e prospecção de gás e petróleo, destacou-se com 697 estrangeiros, representando um crescimento robusto de 31,8% face ao período homólogo e de 21,9% em relação ao período anterior. A indústria transformadora apresentou igualmente recuperação significativa no curto prazo, atingindo 441 trabalhadores, após crescimento trimestral de 36,5%, revertendo parcialmente a redução homóloga de 5,8%.

Em contrapartida, vários sectores registaram contracções acentuadas, reflectindo redução das necessidades de mão-de-obra estrangeira. A construção caiu para 573 trabalhadores, correspondendo redução de 4,2% quando comparado com o período homólogo e 37,5%, com período anterior. Actividades como Electricidade, gás e ar frio e transportes e armazém também apresentaram reduções expressivas, ambas superiores a 45% no trimestre. A Educação e a Saúde humana e acção social registaram igualmente reduções sensíveis. Em sentido inverso, sectores específicos demonstraram expansão notável, como as Actividades imobiliárias, que cresceram de forma excepcional para 22 trabalhadores, e as Outras actividades de serviços, que atingiram 847 trabalhadores, um crescimento trimestral de 230,9%. Estes padrões evidenciam que, embora o volume total se tenha mantido estável, a estrutura sectorial da contratação estrangeira sofreu importantes mudanças, com deslocação da procura para actividades emergentes ou de maior intensidade operacional (Quadro 5).

Quadro 5 – Trabalhadores estrangeiros segundo sector de actividade, por trimestre, 2024 e 2025

Actividade	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025	III Trimestre 2025	Var. (%)	
				Per. Hom.	Per. Ant.
Total	5 316	5 743	5 761	8,4	0,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	95	161	158	66,3	-1,9
Industria Extrativa (Mineração, Prospecção de Gás e Petróleo)	529	572	697	31,8	21,9
Industria Transformadora	468	323	441	-5,8	36,5
Electricidade, Gás, Água quente e Ar Frio.	27	27	13	-51,9	-51,9
Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição	-	-	3
Construção	598	917	573	-4,2	-37,5
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	3 055	2 858	2 616	-14,4	-8,5
Transporte e Armazém	88	146	79	-10,2	-45,9
Alojamento, Restauração e similares	88	116	100	13,6	-13,8
Actividades de informação e de comunicação	4	11	19	..	72,7
Actividades Financeiras e de Seguros	11	14	13	18,2	-7,1
Actividades imobiliárias	7	5	22	214,3	340,0
Actividades de Consultoria Científica, técnica e similares	76	12	79	3,9	..
Actividades administrativas e de Serviços de Apoio	53	241	62	17,0	-74,3
Educação	51	66	22	-56,9	-66,7
Actividades de saúde humana e Ação Social	9	8	6	-33,3	-25,0
Actividades Artística, de Espetáculos, Desportiva e Recreativas	1	10	11	..	10,0
Outras actividades de Serviços	156	256	847	..	230,9
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio	-	-	-
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-

Fonte: DNTM

No período em análise, do total dos trabalhadores estrangeiros em Moçambique, dos quais 5 440 eram homens, evidenciando uma forte predominância masculina. Esta distribuição confirma a persistência de assimetrias de género na contratação externa,

sobretudo em sectores de maior intensidade física ou técnica, onde os homens continuam a ser amplamente dominantes.

A análise territorial demonstra que a presença masculina é consistente em todas as províncias, embora com diferentes níveis de concentração. Cidade de Maputo destaca-se como a principal receptora de trabalhadores estrangeiros, com 1 197 trabalhadores, dos quais 1 054 homens e 143 mulheres, representando 44,5% de todas as mulheres estrangeiras no País. Seguem-se Maputo, Sofala e Cabo Delgado, províncias que, em conjunto, concentram mais de metade do total nacional. A distribuição revela que a inserção feminina permanece residual.

Em contrapartida, províncias como Manica, Gaza e Niassa apresentam números muito reduzidos de mulheres estrangeiras, 6, 5 e 7, respectivamente, o que corresponde a participações percentuais inferiores a 2,5% do total feminino. De igual modo, províncias com forte presença de mão-de-obra estrangeira, como Tete, registam ainda assim níveis mínimos de participação feminina. Os resultados do quadro sugerem que, embora a distribuição geral dos trabalhadores estrangeiros continue fortemente concentrada nos grandes centros económicos e logísticos, a participação feminina permanece estruturalmente limitada e altamente dependente do nível de especialização ou da natureza das actividades exercidas (Quadro 6).

Quadro 6 – Trabalhadores estrangeiros por sexo segundo unidade territorial, III trimestre 2025

Unidade territorial	Total	Homens	Mulheres	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Moçambique	5 761	5 440	321	100,0	100,0	100,0
Niassa	110	103	7	1,9	1,9	2,2
Cabo Delgado	783	771	12	13,6	14,2	3,7
Nampula	600	591	9	10,4	10,9	2,8
Zambézia	336	324	12	5,8	6,0	3,7
Tete	470	454	16	8,2	8,3	5,0
Manica	303	297	6	5,3	5,5	1,9
Sofala	784	773	11	13,6	14,2	3,4
Inhambane	210	200	10	3,6	3,7	3,1
Gaza	121	116	5	2,1	2,1	1,6
Maputo	847	757	90	14,7	13,9	28,0
Cidade de Maputo	1 197	1 054	143	20,8	19,4	44,5

Fonte: DNTM

2.4. Vagas

Durante o III trimestre de 2025, foram publicadas 5 559 vagas de emprego a nível nacional, representando um crescimento homólogo extremamente expressivo de 296,2% face às 1 403 vagas do mesmo período de 2024. Em comparação com o II trimestre de 2025, no qual haviam sido registadas 906 vagas, observa-se igualmente uma variação trimestral de +513,6%, traduzindo uma forte expansão da procura laboral formal e possível recuperação do dinamismo económico em múltiplos sectores. Este aumento acentuado sugere maior ritmo de contratações e intensificação da divulgação de oportunidades através dos meios oficiais, incluindo jornais e plataformas digitais de emprego.

Territorialmente, os resultados mostram crescimentos extraordinários em quase todas as províncias, com destaque para Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Quando comparado com período anterior, províncias como Inhambane, Gaza e Zambézia registaram aumentos significativo, indicando aceleração súbita na disponibilização de vagas, possivelmente associada a novos investimentos, expansão de projectos e reestruturações organizacionais. Cidade de Maputo foi a única província com ligeira redução homóloga (-1,1%), embora apresente aumento trimestral significativo. No conjunto, os dados evidenciam um impulso muito robusto na oferta de emprego, ainda que assimetricamente distribuído pelo território nacional (Quadro 7).

Quadro 7 – Vagas publicadas, por trimestre, segundo Unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025	III Trimestre 2025	Var. Per. Hom. (%)	Var. Per. Ant. (%)
Moçambique	1 403	906	5 559	296,2	513,6
Niassa	11	15	337	2963,6	2146,7
Cabo Delgado	30	97	504	1580,0	419,6
Nampula	31	164	544	1654,8	231,7
Zambézia	36	8	468	1200,0	5750,0
Tete	11	32	407	3600,0	1171,9
Manica	12	9	354	2850,0	3833,3
Sofala	22	22	437	1886,4	1886,4
Inhambane	257	4	342	33,1	8450,0
Gaza	12	3	373	3008,3	12333,3
Maputo	93	312	915	883,9	193,3
Cidade de Maputo	888	240	878	-1,1	265,8

Fonte: MJD

Analizando as vagas publicadas por ramo de actividade, é pode notar forte concentração na Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória, que registou 4 116 vagas, equivalentes a 74,0% do total nacional. Este domínio absoluto do sector público indica que a maior parte das oportunidades divulgadas esteve associada a concursos, reposições de quadros e expansão de serviços essenciais.

As Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares contribuíram com 587 vagas (10,6%), enquanto os Organismos Internacionais e Instituições Extra-territoriais somaram 323 vagas (5,8%), confirmando o peso dos sectores técnico-especializados e de cooperação internacional na geração de oportunidades formais. Outros ramos com participação moderada incluíram as Actividades Financeiras e de Seguros (1,0%) e a Educação (2,6%).

A maioria dos restantes ramos, como indústria, construção, comércio, transportes, alojamento e restauração, registou percentagens inferiores a 1%, demonstrando baixo dinamismo relativo na criação de vagas no período. O conjunto dos dados revela um mercado de trabalho fortemente impulsionado pelo sector público e por actividades de elevada especialização técnica, com participação residual da maioria dos sectores produtivos (Quadro 8).

Quadro 8 – Vagas publicadas segundo ramo de actividade, III trimestre 2025

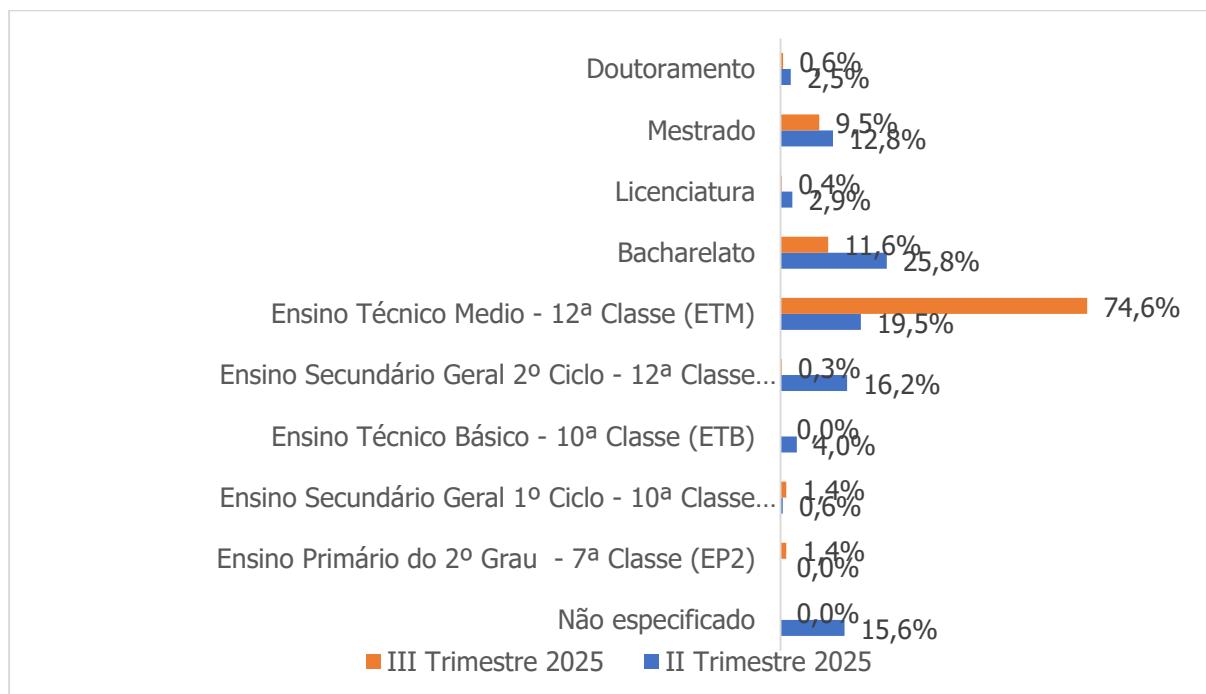
Ramo de actividades	Número	%
Total	5 559	100,0
Agricultura, produção animal, caça, exploração florestal e outras actividades relacionadas	48	0,9
Indústria extractiva	10	0,2
Indústria transformadora	40	0,7
Electricidade, água quente e fria, ar frio e vapor	4	0,1
Construção	39	0,7
Comércio por grosso e a retalho	16	0,3
Transportes e armazenagem	7	0,1
Alojamento, restauração e similares	4	0,1
Actividades de informação e de comunicação	21	0,4
Actividades financeiras e de seguros	56	1,0
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	587	10,6
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	41	0,7
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	4 116	74,0
Educação	147	2,6
Saúde humana e acção social	6	0,1
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2	0,0
Outras actividades de serviços	91	1,6
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio	1	0,0
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extras – territoriais	323	5,8

Fonte: MJD

No tocante ao nível de escolaridade, se verificou uma concentração extremamente elevada de vagas dirigidas ao Ensino Técnico Médio (ETM), que absorveu 74,6% do total das oportunidades divulgadas, contrastando com os 19,5% registados no II trimestre. Este salto reflecte uma reorientação significativa da procura laboral para qualificações técnico-profissionais intermédias, possivelmente associada à expansão de actividades industriais, de serviços técnicos e de execução operacional. Os níveis de Bacharelato (11,6%) e Mestrado (9,5%) surgem com participações moderadas, mas inferiores às observadas no trimestre anterior, sugerindo menor procura por perfis altamente qualificados durante este período específico.

Por outro lado, a procura por candidatos com formação superior, Licenciatura (0,4%) e Doutoramento (0,6%), manteve-se residual no trimestre em análise. Os níveis de escolaridade geral, como o Ensino Secundário Geral do 2.º Ciclo (0,3%) e o 1.º Ciclo (1,0%), registaram participações muito reduzidas. No global, o gráfico evidencia que o mercado de trabalho formal no III trimestre de 2025 esteve fortemente orientado para competências técnicas especializadas de nível intermédio, com reduzida demanda por níveis superiores ou gerais de escolaridade.

Gráfico 1 - Vagas publicadas segundo nível de escolaridade por trimestre, 2025



Fonte: MJD

O mercado de trabalho moçambicano evidenciou uma forte assimetria sectorial na publicação de vagas, com clara predominância do sector público, responsável por 75,9% de todas as oportunidades divulgadas.

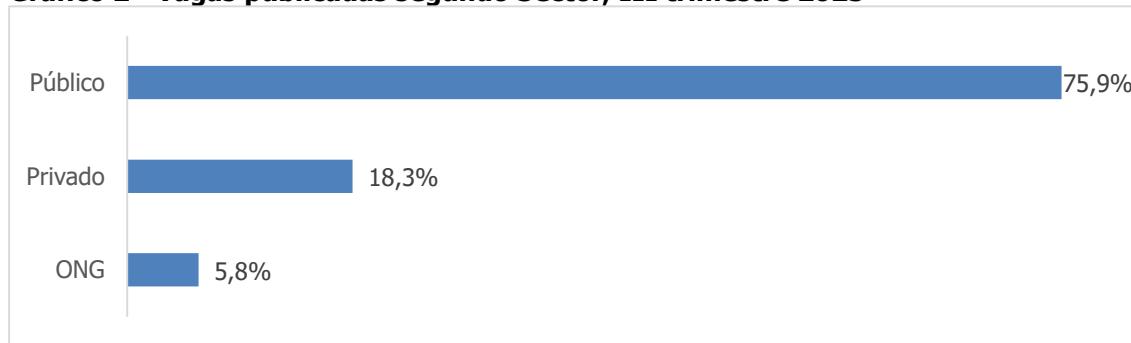
O elevado peso das vagas no sector público pode estar associado a diversos factores estruturais, como a abertura de concursos públicos, a necessidade de substituição de

quadros, expansão de serviços administrativos e implementação de programas governamentais.

O sector privado, responsável por 18,3% das vagas, apresentou um nível de participação significativamente inferior ao do sector público, mas ainda assim revelador de algum dinamismo empresarial. As vagas registadas neste sector tendem a concentrar-se em actividades de comércio, serviços técnicos e operações industriais, sectores que tradicionalmente contribuem para a criação de emprego formal, embora com menor intensidade no período em análise.

As ONGs, por sua vez, representaram 5,8% das vagas divulgadas, desempenhando um papel complementar na oferta laboral, sobretudo em áreas de desenvolvimento comunitário, assistência humanitária e projectos sociais. Embora o seu peso relativo seja reduzido, estas entidades continuam a ocupar um espaço importante em contextos locais específicos. No conjunto, o Gráfico 2 ilustra de forma clara a forte dependência do mercado laboral em relação ao sector público, bem como a necessidade de maior dinamização das contratações nos sectores privado e associativo para um mercado mais equilibrado.

Gráfico 2 - Vagas publicadas segundo Sector, III trimestre 2025

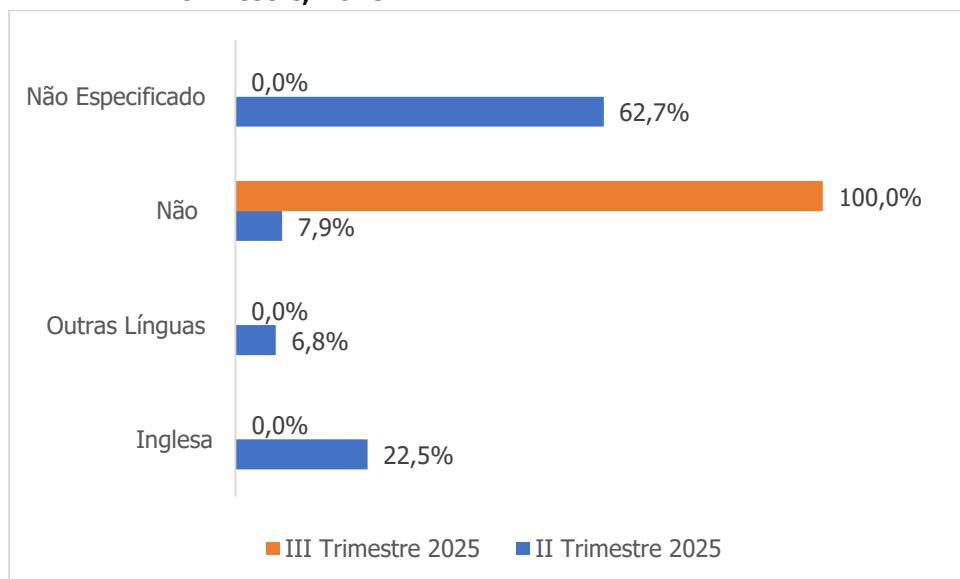


Fonte: MJD

O período em análise revelou um cenário extremamente concentrado no que diz respeito aos requisitos linguísticos das vagas publicadas: 100% das oportunidades divulgadas não exigiram qualquer língua estrangeira, contrastando fortemente com o trimestre anterior. Este resultado sugere que, no trimestre em análise, o mercado de trabalho privilegiou funções operacionais e técnico-intermédias, cuja execução não depende de competências linguísticas específicas, ou indica uma menor explicitação desses requisitos nos anúncios de emprego.

Em contraste, no II trimestre de 2025, registava-se maior diversidade, com 22,5% das vagas a exigirem língua inglesa, 6,8% outras línguas e 62,7% sem especificação. A eliminação total de requisitos linguísticos no III trimestre pode reflectir mudanças no perfil das funções disponibilizadas ou maior rigor na categorização das vagas. O resultado reforça a predominância de vagas de carácter técnico, administrativo e operacional, em detrimento de posições internacionais, de contacto externo ou de perfil altamente especializado (vide gráfico 3).

Gráfico 3 - Vagas publicadas segundo exigência do conhecimento de língua estrangeira por trimestre, 2025



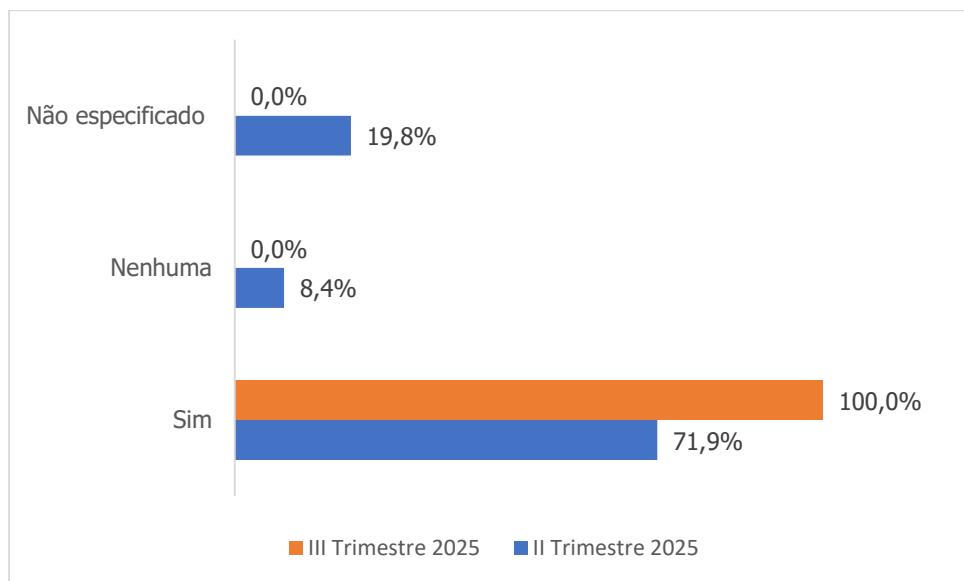
Fonte: MJD

Verificou-se, no período em análise, uma mudança significativa no perfil das vagas publicadas, com 100% das oportunidades a exigirem experiência profissional prévia. Este resultado evidencia uma orientação clara do mercado de trabalho para candidatos que já possuam competências consolidadas, reduzindo a margem para perfis iniciantes e sinalizando maior selectividade por parte das entidades contratantes.

Em contraste, no II trimestre de 2025, o cenário era mais diversificado: 71,9% das vagas exigiam experiência, 8,4% não apresentavam esta exigência e 19,8% não especificavam o critério. A eliminação total dessas duas últimas categorias no trimestre subsequente sugere maior rigor na divulgação das vagas e um alinhamento mais consistente dos requisitos mínimos entre empregadores, possivelmente em resposta a necessidades operacionais mais exigentes ou a um contexto económico mais competitivo.

Este cenário reduz a acessibilidade para candidatos sem histórico laboral, ao mesmo tempo que reforça a importância de programas que facilitem a transição dos jovens para o mercado de trabalho, mitigando o impacto desta maior selectividade (vide gráfico 4).

Gráfico 4 - Vagas publicadas segundo exigência da experiência profissional por trimestre, 2025



Fonte: MJD

2.5. Projectos de Investimentos Aprovados

No III trimestre de 2025, foram aprovados 89 projectos de investimento, com previsão de gerar 18 929 empregos, substancialmente superior ao registado tanto no período homólogo como no trimestre anterior. Em comparação com o III trimestre de 2024, em que haviam sido aprovados 71 projectos para 2 873 empregos, observa-se uma expansão homóloga muito expressiva, correspondendo a 25,4% em projectos e 559% em empregos previstos. Relativamente ao II trimestre de 2025, que contabilizou 57 projectos e 3 627 empregos, regista-se igualmente um crescimento acentuado, com aumentos de 56,1% no número de projectos e 421,8% nos empregos previstos, revelando forte reanimação do investimento privado no País.

As contribuições para este crescimento foram fortemente influenciadas por projectos de grande escala aprovados em Tete e na Cidade de Maputo. A província de Tete destacou-se com 5 375 empregos previstos, provenientes de 4 projectos, representando um salto significativo face ao período anterior (163 empregos) e ao período homólogo (25 empregos). A Cidade de Maputo registou igualmente um desempenho excepcional, passando de 156 empregos no trimestre anterior e 798 no homólogo para 9 351 empregos previstos, distribuídos por 15 projectos. Maputo, com 33 projectos e 2 159 empregos, e Cabo Delgado, com 252 empregos, reforçam igualmente a intensificação do investimento em regiões de elevada relevância económica.

Por outro lado, algumas províncias mantiveram níveis residuais ou nulos de captação de investimento. Zambézia não registou qualquer projecto no trimestre, após um desempenho já reduzido no trimestre anterior (2 projectos e 10 empregos previstos).

Niassa aprovou apenas 1 projecto (17 empregos) e Gaza apenas 2 projectos, embora com impacto expressivo em empregos previstos (435). A comparação entre províncias evidencia forte concentração geográfica do investimento, com a zona Sul e Centro a absorverem a maior parte dos projectos de maior escala, ao passo que o Norte apresenta expansão pontual, mas ainda limitada. Em síntese, os resultados do trimestre demonstram não só um aumento substancial do número de projectos aprovados, mas também uma alteração significativa na magnitude e perfil do emprego associado ao investimento privado no País (Quadro 9).

Quadro 9 – Número de projectos de investimento aprovados e empregos previstos por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024		II Trimestre 2025		III Trimestre 2025	
	Nº de projectos	Emprego	Nº de projectos	Emprego	Nº de projectos	Emprego
Moçambique	71	2 873	57	3 627	89	18 929
Niassa	-	-	-	-	1	17
Cabo Delgado	-	-	-	-	2	252
Nampula	6	550	12	578	8	315
Zambézia	3	72	2	10	-	-
Tete	1	25	4	163	4	5 375
Manica	1	50	2	95	7	188
Sofala	5	101	12	1 124	10	724
Inhambane	17	316	2	41	7	113
Gaza	3	53	-	-	2	435
Maputo	21	908	15	1 460	33	2 159
Cidade de Maputo	14	798	8	156	15	9 351

Fonte: APIEX

Analizando os projectos por sector de actividade, destaca-se o da Energia, que apesar de ter aprovado apenas 1, prevê a criação de 4 500 empregos, tornando-se o ramo com maior impacto individual no trimestre. O sector dos Serviços também registou expansão notável, passando de 600 empregos previstos no trimestre anterior para 9 421, distribuídos em 15 projectos. A Hotelaria e Turismo, com 848 empregos previstos, e a Construção e Obras Públicas, com 977, reforçam igualmente a tendência de recuperação de actividades ligadas à infra-estrutura, mobilidade e dinamismo empresarial.

Em contrapartida, alguns sectores mantiveram contributos residuais ou inexistentes, como aquacultura e pescas e banca e seguradoras, que não registaram qualquer projecto aprovado no trimestre. A indústria, apesar de aumentar de 21 para 31 projectos, apresentou crescimento mais moderado no emprego previsto (de 1 764 para

1 999 postos), sugerindo projectos de menor escala. O sector dos transportes e comunicações apresentou evolução positiva, com 16 projectos e 619 empregos, acima dos níveis registados nos trimestres anteriores. De modo geral, os resultados evidenciam que o período em análise foi caracterizado por uma forte concentração de projectos de grande impacto, sobretudo nos serviços e na energia, alterando significativamente o perfil do investimento e reforçando a sua relevância para o potencial de geração de emprego no País (Quadro 10).

Quadro 10 – Número de projectos de investimento aprovados e empregos previstos por trimestre, segundo ramo de actividade 2024 e 2025

Actividade	III Trimestre 2024		II Trimestre 2025		III Trimestre 2025	
	Nº de projectos	Emprego	Nº de projectos	Emprego	Nº de projectos	Emprego
Total	71	2 873	57	3 627	89	18 929
Agricultura e agro-indústrias	3	96	4	389	6	565
Aquacultura e Pescas	-	-	-	-	-	-
Bancos e seguradoras	-	-	-	-	-	-
Energia	1	270	-	-	1	4 500
Construção e obras públicas	4	336	3	172	5	977
Indústria	22	781	21	1 764	31	1 999
Transportes e comunicações	12	250	12	532	16	619
Hotelaria e turismo	14	406	8	170	15	848
Serviços	15	734	9	600	15	9 421

Fonte: APIEX

3. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO

No III trimestre de 2025, o desemprego registado nos centros de emprego ascendeu a 198 652 cidadãos, número que representa um crescimento homólogo de 6,1% face aos 187 149 desempregados registados no mesmo período de 2024. Em comparação com o II trimestre de 2025, que contabilizou 195 702 desempregados, observa-se igualmente um ligeiro aumento trimestral de 1,5%, indicando persistência de pressões no mercado laboral formal. A distribuição por sexo mantém-se amplamente dominada por homens, que representam 144 823 inscritos, contra 53 829 mulheres, padrão consistente com o observado no trimestre anterior.

As dinâmicas territoriais revelam comportamentos diferenciados entre províncias. Crescimentos homólogos particularmente expressivos verificaram-se em Niassa, Cabo Delgado, Sofala, Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo, sugerindo agravamento das dificuldades de absorção laboral nestas províncias. Algumas províncias registaram também aumentos trimestrais relevantes, como Zambézia, Inhambane e Cidade de Maputo. Em contraste, observam-se variações trimestrais negativas em províncias como Tete, Manica e Província, sinalizando ligeiro alívio no volume de procura de emprego nestes territórios.

No que se refere às categorias de inscrição, o desemprego associado ao primeiro emprego aumentou para 96 194 candidatos, enquanto o novo emprego atingiu 102 458 inscritos, ambos superiores aos totais verificados no trimestre anterior. Os maiores aumentos no primeiro emprego foram observados em Nampula, Cabo Delgado, Sofala, Gaza e Cidade de Maputo, reflectindo desafios significativos na entrada dos jovens no mercado de trabalho. O novo emprego cresceu de forma mais acentuada em Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Manica, Inhambane e Cidade de Maputo, sugerindo aumento da mobilidade forçada entre trabalhadores com experiência prévia. No conjunto, os resultados demonstram que o desemprego registado continua a evoluir de forma desfavorável, tanto em termos territoriais como em termos de estrutura por categorias, reforçando a necessidade de intervenções específicas de política activa de emprego (Quadro 11).

Quadro 11 – Desemprego registado, no II trimestre de 2024 e do III trimestre de 2025, segundo unidade territorial

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025					III Trimestre 2025					Var. (%)	
		Sexo			Categorias		Sexo			Categorias		Per. Hom.	Per. Ant.
		HM	H	M	1º Emprego	Novo Emprego	HM	H	M	1º Emprego	Novo Emprego		
Moçambique	187 149	195 702	143 302	52 400	94 046	101 656	198 652	144 823	53 829	96 194	102 458	6,1	1,5
Niassa	1 223	1 327	916	411	1 050	277	1 373	945	428	1 086	287	12,3	3,5
Cabo Delgado	18 589	18 796	16 124	2 672	8 809	9 987	19 402	16 516	2 886	9 350	10 052	4,4	3,2
Nampula	36 529	39 396	29 566	9 830	21 715	17 681	39 700	29 746	9 954	21 978	17 722	8,7	0,8
Zambézia	15 105	16 025	11 215	4 810	10 755	5 270	16 543	11 512	5 031	11 235	5 308	9,5	3,2
Tete	26 744	27 147	22 045	5 102	12 984	14 163	27 255	22 056	5 199	12 993	14 262	1,9	0,4
Manica	12 327	12 637	8 959	3 678	8 497	4 140	12 708	8 990	3 718	8 523	4 185	3,1	0,6
Sofala	13 801	14 295	8 886	5 409	5 702	8 593	14 590	9 063	5 527	5 951	8 639	5,7	2,1
Inhambane	20 041	20 355	14 570	5 785	9 226	11 129	20 422	14 583	5 839	9 284	11 138	1,9	0,3
Gaza	11 162	11 654	6 397	5 257	7 621	4 033	11 807	6 428	5 379	7 770	4 037	5,8	1,3
Maputo	16 888	17 775	12 599	5 176	3 962	13 813	18 132	12 791	5 341	4 184	13 948	7,4	2,0
Cidade de Maputo	14 740	16 295	12 025	4 270	3 725	12 570	16 720	12 193	4 527	3 840	12 880	13,4	2,6

Fonte: MJD

Durante III trimestre de 2025, a inscrição de desempregados nos Centros de Emprego totalizou 3 768 indivíduos, contra 5 147 inscritos no mesmo período de 2024, o que representa uma redução homóloga de 26,8%. Em comparação com o II trimestre de 2025, que havia registado 3 965 inscritos, observa-se igualmente uma diminuição trimestral de 5,0%, indicando retração da mobilização dos candidatos aos serviços públicos de emprego no curto prazo. A distribuição por sexo mantém uma predominância masculina, com 2 129 homens inscritos contra 1 639 mulheres, padrão semelhante ao observado no trimestre precedente e que reflete uma maior tendência masculina de recorrer ao registo formal de procura de emprego.

As dinâmicas territoriais revelam, contudo, comportamentos assimétricos entre províncias. Reduções homólogas particularmente acentuadas ocorreram em Nampula, Gaza, Inhambane e Manica, sugerindo menor procura dos serviços de emprego ou maior dependência de alternativas informais. Comparando com o trimestre anterior, observam-se igualmente quedas expressivas em Inhambane, Nampula, Niassa e Maputo. Em contraste, províncias como Tete e Zambézia registaram aumentos homólogos muito

significativos, refletindo pressão crescente na procura de emprego formal. Cabo Delgado destaca-se de forma singular, aumentando de 34 inscritos no III trimestre de 2024 para 649 inscritos no III trimestre de 2025, uma província marcada por fragilidades contextuais (Quadro 12).

Quadro 12 - Inscrição de desempregados, por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024			II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	5 147	2 970	2 177	3 965	2 378	1 587	3 768	2 129	1 639	-26,8	-5,0
Niassa	123	55	68	76	49	27	46	29	17	-62,6	-39,5
Cabo Delgado	34	28	6	99	66	33	649	421	228
Nampula	1 060	813	247	806	613	193	327	199	128	-69,2	-59,4
Zambézia	1 135	691	444	266	172	94	598	370	228	-47,3	124,8
Tete	212	130	82	261	194	67	597	344	253	181,6	128,7
Manica	86	55	31	97	53	44	71	31	40	-17,4	-26,8
Sofala	296	194	102	396	274	122	359	236	123	21,3	-9,3
Inhambane	130	92	38	264	156	108	87	28	59	-33,1	-67,0
Gaza	1 171	522	649	189	83	106	187	64	123	-84,0	-1,1
Maputo	347	157	190	676	388	288	398	221	177	14,7	-41,1
Cidade de Maputo	553	233	320	835	330	505	449	186	263	-18,8	-46,2

Fonte: MJD

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Durante o período em análise, a formação profissional ministrada pelo IFPELAC registou 4 634 formandos, contra 3 181 no mesmo período de 2024, o que representa um crescimento homólogo expressivo de 45,7%. Em comparação com o II trimestre de 2025, que contabilizou 4 573 formandos, observa-se igualmente um ligeiro aumento trimestral de 1,3%, sinalizando estabilidade na capacidade de formação durante o ano. A distribuição por sexo permanece desproporcional, com 2 686 homens e 1 948 mulheres, padrão recorrente que reflecte a predominância masculina na procura de formação técnico-profissional.

As dinâmicas territoriais revelam comportamentos significativamente diferenciados. Crescimentos homólogos muito acentuados ocorreram em Niassa, Cabo Delgado, Nampula, com aumento absoluto significativo de 235 para 1 100 formandos, e Tete, demonstrando expansão relevante da cobertura territorial da formação profissional. Comparando com o período anterior, Tete, Zambézia e Manica registaram incrementos particularmente expressivos. Por outro lado, Inhambane, Gaza e Maputo evidenciam

reduções trimestrais notáveis, apontando possíveis constrangimentos operacionais, limitações de oferta formativa ou variações na procura efectiva.

A província de Nampula destaca-se como o maior centro formativo do período, absorvendo 1 100 formandos, dos quais 648 homens e 452 mulheres, representando o maior volume nacional. Maputo Cidade também apresenta participação relevante, com 668 formandos, mantendo-se entre os principais polos formativos. Cabo Delgado, que passou de 71 formandos no III trimestre de 2024 para 565 no II trimestre de 2025 e 174 no III trimestre de 2025, apresenta oscilações consideráveis, típicas de contextos de recuperação institucional e restrições de mobilidade. No conjunto, os resultados revelam que, apesar das assimetrias territoriais, o sistema de formação profissional demonstra capacidade de expansão e adaptação, desempenhando papel fundamental na qualificação da força de trabalho e no reforço das competências dos candidatos a emprego (Quadro 13).

Quadro 13 – Formação profissional no IFPELAC por sexo e trimestre segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024			II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	3 181	1 707	1 474	4 573	2 387	2 186	4 634	2 686	1 948	45,7	1,3
Niassa	164	108	56	337	119	218	407	273	134	148,2	20,8
Cabo Delgado	71	49	22	565	349	216	174	124	50	145,1	-69,2
Nampula	235	138	97	709	372	337	1 100	648	452	..	55,1
Zambézia	238	166	72	453	284	169	326	233	93	37,0	-28,0
Tete	466	334	132	217	132	85	617	268	349	32,4	184,3
Manica	157	49	108	105	43	62	212	88	124	35,0	101,9
Sofala	270	163	107	260	162	98	294	202	92	8,9	13,1
Inhambane	370	188	182	368	182	186	287	146	141	-22,4	-22,0
Gaza	223	81	142	483	136	347	211	100	111	-5,4	-56,3
Maputo	392	221	171	265	180	85	338	257	81	-13,8	27,5
Cidade de Maputo	595	210	385	811	428	383	668	347	321	12,3	-17,6

Fonte: MJD

5. SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA

5.1. Beneficiários no sistema de segurança social

Durante o período em análise, o número de trabalhadores por conta de outrem activos no sistema de segurança social ascendeu a 738 252 contribuintes, face aos 669 917 registados no mesmo período de 2024, o que representa um crescimento homólogo de 10,2%. Em comparação com o período anterior, verifica-se uma ligeira diminuição de 0,3%, evidenciando estabilidade do sistema com flutuações marginais no curto prazo. A distribuição por sexo revela uma predominância masculina consistente, com 559 135

homens e 179 117 mulheres, mantendo-se a mesma tendência observada nos períodos anteriores, associada à estrutura sectorial do emprego formal.

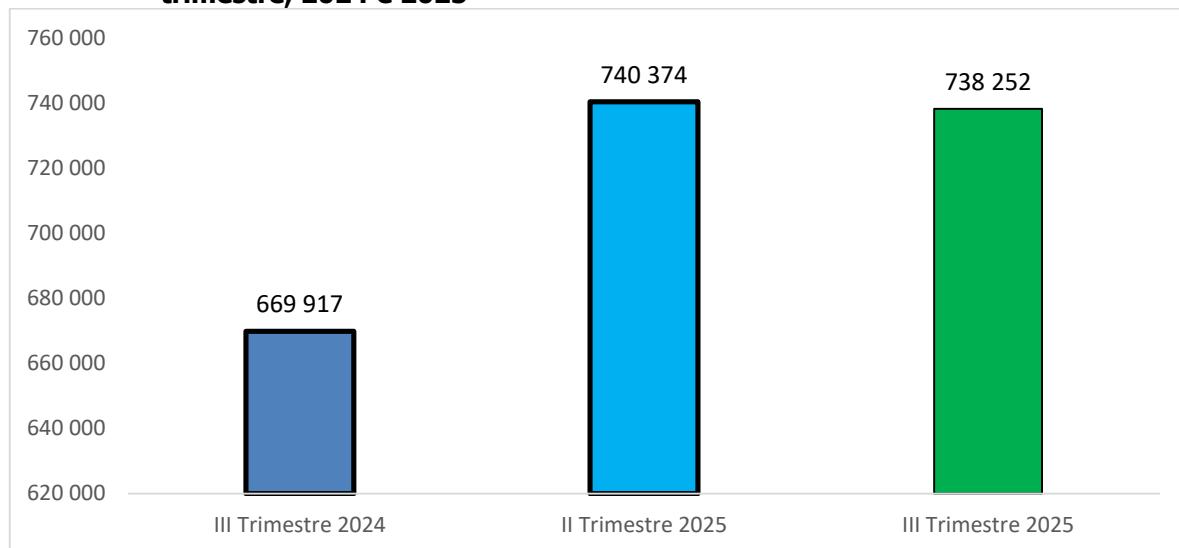
A nível dos grandes centros urbanos, Maputo Cidade continua a ser o principal polo contributivo, com 145 778 trabalhadores activos, representando parcela substancial do sistema, seguida por Maputo com 99 136 contribuintes, ambos apresentando crescimentos homólogos de 6,6% e 9,1%, respectivamente. Cabo Delgado, que alcançou 35 471 trabalhadores activos, evidencia recuperação e ampliação significativas face ao período homólogo, possivelmente relacionadas à retoma gradual das actividades económicas e ao reforço institucional da segurança social na província. No conjunto, os resultados demonstram que o sistema de segurança social mantém uma trajectória de expansão moderada e sustentada, embora marcada por dinâmicas territoriais diferenciadas que reflectem a estrutura produtiva e os níveis de formalização laboral de cada província (Quadro 14 e Gráfico 5).

Quadro 14 – Trabalhadores por conta de outrem, activos no sistema de segurança social, por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
		HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	669 917	740 374	559 611	180 763	738 252	559 135	179 117	10,2	-0,3
Niassa	13 446	14 897	12 399	2 498	15 523	12 911	2 612	15,4	4,2
Cabo Delgado	31 361	34 623	28 105	6 518	35 471	28 734	6 737	13,1	2,4
Nampula	62 224	66 951	55 907	11 044	68 221	57 159	11 062	9,6	1,9
Zambézia	39 406	43 050	35 196	7 854	43 932	35 985	7 947	11,5	2,0
Tete	47 338	53 012	45 016	7 996	54 813	46 382	8 431	15,8	3,4
Manica	30 992	34 571	27 739	6 832	35 330	28 329	7 001	14,0	2,2
Sofala	80 724	89 527	73 903	15 624	92 235	76 271	15 964	14,3	3,0
Inhambane	33 002	34 602	25 514	9 088	35 133	25 843	9 290	6,5	1,5
Gaza	26 847	28 151	19 583	8 568	28 680	19 818	8 862	6,8	1,9
Maputo	167 881	180 314	124 317	55 997	183 136	126 511	56 625	9,1	1,6
Cidade de Maputo	136 696	144 923	100 611	44 312	145 778	101 192	44 586	6,6	0,6
Diáspora	-	15 753	11 321	4 432	-	-	-

Fonte: INSS

Gráfico 5 - Trabalhadores por conta de outrem, activos no sistema de segurança social por trimestre, 2024 e 2025



Fonte: INSS.

Durante o III trimestre de 2025, o sistema de segurança social registou 22 504 trabalhadores por conta de outrem inscritos, número inferior aos 34 821 inscritos no mesmo período de 2024, o que corresponde a uma redução homóloga de 9,5%. Em comparação com o II trimestre de 2025, em que haviam sido contabilizados 30 418 inscritos, observa-se igualmente uma queda trimestral de 12,6%, sugerindo desaceleração no fluxo de novos contribuintes. A distribuição por sexo mantém a predominância masculina, com 14 590 homens e 7 914 mulheres, evidenciando que os registos continuam a reflectir o peso estrutural dos homens no emprego formal.

As dinâmicas territoriais revelam variações consideráveis entre províncias. Registaram-se reduções homólogas acentuadas em Zambézia, Inhambane, Cidade de Maputo, Tete e Cabo Delgado, reflectindo contracção na formalização do emprego. Em comparação com o período anterior, destacam-se novas quedas expressivas em Niassa, Zambézia, Manica, Inhambane e Cidade de Maputo, que apontam para forte redução na mobilização de trabalhadores ao sistema contributivo no curto prazo. Em contraste, algumas províncias apresentaram variações positivas, como Gaza e Maputo em termos homólogos, sinalizando recuperação na formalização laboral.

No cômputo geral, o comportamento das inscrições sugere que, embora a máquina administrativa continue activa na captação de novos contribuintes, o ritmo de formalização mostra sinais de desaceleração tanto anual como trimestral. Casos como Nampula e Gaza demonstram que a dinâmica de expansão ainda se verifica em alguns territórios, enquanto reduções acentuadas noutras províncias indicam fragilidades estruturais, restrições de mobilização ou variações conjunturais na contratação formal. Este cenário reforça a necessidade de monitoria territorial contínua e acções específicas de reforço da formalização laboral, sobretudo nas regiões com quedas mais acentuadas (Quadro 15).

Quadro 15 – Trabalhadores por conta de outrem, inscritos no sistema de segurança social por sexo e trimestre, segundo unidade territorial2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
		HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	33 625	34 821	21 954	12 867	30 418	22 504	7 914	-9,5	-12,6
Niassa	1 318	2 062	1 608	454	1 012	794	218	-23,2	-50,9
Cabo Delgado	1 813	1 258	944	314	1 646	1 292	354	-9,2	30,8
Nampula	3 122	3 004	2 555	449	3 252	2 705	547	4,2	8,3
Zambézia	2 343	2 394	1 775	619	1 752	1 472	280	-25,2	-26,8
Tete	2 691	2 563	1 505	1 058	2 399	1 877	522	-10,9	-6,4
Manica	1 528	2 354	1 281	1 073	1 568	1 225	343	2,6	-33,4
Sofala	4 229	4 898	3 079	1 819	4 309	3 417	892	1,9	-12,0
Inhambane	1 850	1 498	826	672	1 288	783	505	-30,4	-14,0
Gaza	922	1 010	492	518	1 059	647	412	14,9	4,9
Maputo	4 696	5 213	2 976	2 237	4 844	3 387	1 457	3,2	-7,1
Cidade de Maputo	9 113	8 567	4 913	3 654	7 289	4 905	2 384	-20,0	-14,9

Fonte: INSS

O número de trabalhadores por conta própria activos atingiu 4 984 indivíduos, contra 9 616 registados no mesmo período de 2024, equivalendo a uma redução homóloga de 8,4%. Em comparação com o II trimestre de 2025, em que se contabilizavam 4 471 trabalhadores activos, observa-se um aumento trimestral de 10,5%, sugerindo recuperação moderada no auto-emprego no curto prazo. A distribuição por sexo revela predominância masculina, com 5 444 homens e 4 984 mulheres, mantendo padrões consistentes de maior participação masculina nas actividades de conta própria.

A nível nacional, o comportamento do auto-emprego mostra contrastes acentuados. Crescimentos homólogos expressivos foram observados em Cabo Delgado, Manica, Maputo e Cidade de Maputo, indicando expansão do trabalho por conta própria em contextos urbanos e em províncias com dinâmica económica emergente. Quando comparado com período anterior, os destaque positivos incluem Cabo Delgado, Manica, Sofala, Maputo e Cidade, evidenciando retoma significativa neste segmento. Em contrapartida, províncias como Nampula, Zambézia, Inhambane e Gaza registaram reduções homólogas acentuadas, sugerindo retração do auto-emprego e possíveis deslocamentos de trabalhadores para outras modalidades ocupacionais ou regiões.

No conjunto, os resultados indicam que o trabalho por conta própria mantém um padrão territorial altamente assimétrico, caracterizado por forte expansão nas províncias do Sul e estabilidade ou retracção acentuada em algumas províncias do Norte e Centro. A recuperação trimestral observada em 2025 contrasta com a queda homóloga, revelando

um sector sensível às condições económicas locais, à sazonalidade das actividades e às dinâmicas de mobilidade laboral (Quadro 16).

Quadro 16 – Trabalhadores por conta própria activos fim do trimestre, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
		HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	9 616	9 438	4 967	4 471	10 428	5 444	4 984	8,4	10,5
Niassa	127	97	49	48	112	61	51	-11,8	15,5
Cabo Delgado	145	134	94	40	189	136	53	30,3	41,0
Nampula	315	288	189	99	233	168	65	-26,0	-19,1
Zambézia	659	633	439	194	348	225	123	-47,2	-45,0
Tete	251	245	163	82	236	163	73	-6,0	-3,7
Manica	409	507	363	144	597	423	174	46,0	17,8
Sofala	835	825	499	326	898	545	353	7,5	8,8
Inhambane	1 359	1 283	759	524	546	322	224	-59,8	-57,4
Gaza	1 537	1 453	790	663	958	515	443	-37,7	-34,1
Maputo	1 948	1 940	790	1 150	2 647	1 187	1 460	35,9	36,4
Cidade de Maputo	2 025	2 027	829	1 198	3 141	1 403	1 738	55,1	55,0
Diáspora	6	6	3	3	523	296	227

Fonte: INSS

No período em análise, o sistema de segurança social registou 1 414 trabalhadores por conta própria inscritos, contra 1 699 inscritos no mesmo período de 2024, correspondendo a um crescimento homólogo expressivo de 129,7% face ao total de contribuintes reportado no trimestre anterior. Em relação ao II trimestre de 2025, observa-se igualmente um aumento trimestral de 64,2%, evidenciando forte aceleração do processo de formalização neste segmento. A distribuição por sexo mantém a predominância masculina, com 2 488 homens inscritos face a 1 414 mulheres, reflectindo a estrutura tradicional da actividade informal e dos padrões de adesão ao sistema contributivo.

As dinâmicas territoriais mostram variações bastante acentuadas entre províncias. Os aumentos homólogos mais fortes foram registados em Maputo, Cidade de Maputo, Niassa e Zambézia, sugerindo intensificação da formalização do auto-emprego em regiões urbanas e em territórios com maior mobilidade económica.

O caso de Cabo Delgado destaca-se por um aumento significativo, passando de 45 trabalhadores inscritos no III trimestre de 2024 para 242 no II trimestre de 2025, e subsequentemente 174 inscritos no III trimestre de 2025, o que representa um crescimento trimestral de 62,4%. Esta evolução aponta para uma dinâmica crescente de

formalização, possivelmente associada à retoma gradual das actividades económicas e ao reforço da presença institucional na província. Em síntese, os resultados do Quadro 17 demonstram uma expansão robusta da inscrição de trabalhadores por conta própria no sistema de segurança social, ainda que marcada por fortes discrepâncias territoriais, o que reforça a necessidade de estratégias diferenciadas de promoção da formalização laboral.

Quadro 17 – Trabalhadores por conta própria inscritos no sistema de segurança social por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
		HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	1 699	2 376	1 636	740	3 902	2 488	1 414	129,7	64,2
Niassa	30	147	116	31	79	57	22	163,3	-46,3
Cabo Delgado	45	149	93	56	242	174	68	..	62,4
Nampula	109	257	221	36	494	391	103	..	92,2
Zambézia	186	247	182	65	439	336	103	136,0	77,7
Tete	45	163	124	39	297	197	100	..	82,2
Manica	146	187	154	33	185	141	44	26,7	-1,1
Sofala	308	440	306	134	436	296	140	41,6	-0,9
Inhambane	415	175	114	61	295	179	116	-28,9	68,6
Gaza	87	203	125	78	367	202	165	..	80,8
Maputo	147	201	106	95	478	224	254	225,2	137,8
Cidade de Maputo	181	207	95	112	517	253	264	185,6	149,8
Diáspora	-	-	-	-	73	38	35

Fonte: INSS

5.2. Contribuintes no sistema de segurança social

O número total de contribuintes activos no sistema de segurança social atingiu 96 587, superando os 90 798 registados no mesmo período de 2024, o que representa um crescimento homólogo de 6,4%. Em comparação com o II trimestre de 2025, que contabilizou 95 636 contribuintes, observa-se uma ligeira subida trimestral de 1,0%, evidenciando continuidade da tendência de expansão moderada da base contributiva. Esta evolução confirma a manutenção de níveis estáveis de formalização laboral no país, com reforço gradual da cobertura da segurança social.

As dinâmicas territoriais revelam variações positivas em praticamente todas as províncias, com destaque para Tete, Sofala, Cabo Delgado e Maputo em termos homólogos,

indicando fortalecimento das actividades económicas formais e maior capacidade de retenção de contribuintes nestas províncias.

Províncias com menor base contributiva, como Niassa, Gaza e Inhambane, também registaram crescimentos homólogos moderados entre 5% e 7%, revelando estabilidade na formalização, ainda que em níveis reduzidos quando comparados com centros económicos maiores. Cabo Delgado, com 4 364 contribuintes activos, evidencia trajectória consistente de recuperação, apoiada na retoma gradual das actividades económicas e no reforço institucional da segurança social na província. No global, os resultados demonstram que o sistema mantém tendência de expansão, ainda que assimétrica entre regiões, reforçando a necessidade de estratégias diferenciadas para consolidar a cobertura contributiva (Quadro 18).

Quadro 18 – Contribuintes activos no sistema de segurança social por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025	III Trimestre 2025	Var. (%)	
				Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	90 798	95 636	96 587	6,4	1,0
Niassa	2 318	2 453	2 468	6,5	0,6
Cabo Delgado	4 016	4 295	4 364	8,7	1,6
Nampula	9 305	9 820	9 919	6,6	1,0
Zambézia	5 936	6 167	6 313	6,4	2,4
Tete	4 706	5 094	5 244	11,4	2,9
Manica	4 955	5 228	5 289	6,7	1,2
Sofala	8 524	9 091	9 341	9,6	2,7
Inhambane	5 081	5 307	5 416	6,6	2,1
Gaza	3 667	3 812	3 860	5,3	1,3
Maputo	11 381	12 147	12 233	7,5	0,7
Cidade de Maputo	30 909	32 222	32 140	4,0	-0,3

Fonte: INSS.

Durante o III trimestre de 2025, foram inscritos 4 144 novos contribuintes no sistema de segurança social, número que supera ligeiramente os 3 942 contribuintes inscritos no mesmo período de 2024, traduzindo um crescimento homólogo de 5,1%. Em comparação com o II trimestre de 2025, em que se registaram 3 624 inscrições, observa-se um aumento trimestral substancial de 14,3%, sugerindo intensificação do esforço de formalização e maior dinamismo na entrada de novos trabalhadores e entidades no sistema. Estes resultados reflectem uma aceleração nacional na expansão da base contributiva, apesar de persistirem assimetrias territoriais relevantes.

De forma geral, os dados do III trimestre de 2025 demonstram uma trajectória nacional positiva da inscrição de contribuintes, com expansão robusta em várias províncias e sinais consistentes de retoma da formalização, sobretudo em regiões economicamente mais dinâmicas. Cabo Delgado, que registou 190 inscritos, apresenta ligeira redução trimestral e estabilidade homóloga, permanecendo abaixo do ritmo observado noutras províncias, o que pode reflectir constrangimentos estruturais, limitações administrativas ou fragilidades económicas do tecido produtivo local. Os resultados realçam a importância de estratégias territoriais diferenciadas para consolidação da capacidade contributiva e ampliação da cobertura da segurança social (Quadro 19).

Quadro 19 - Contribuintes inscritos no sistema de segurança social por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	II Trimestre 2024	II Trimestre 2025	III Trimestre 2025	Var. (%)	
				Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	3 942	3 624	4 144	5,1	14,3
Niassa	99	97	101	2,0	4,1
Cabo Delgado	188	199	190	1,1	-4,5
Nampula	405	436	396	-2,2	-9,2
Zambézia	268	241	299	11,6	24,1
Tete	240	251	319	32,9	27,1
Manica	245	190	228	-6,9	20,0
Sofala	416	380	471	13,2	23,9
Inhambane	199	174	201	1,0	15,5
Gaza	115	93	111	-3,5	19,4
Maputo	564	463	590	4,6	27,4
Cidade de Maputo	1 203	1 100	1 238	2,9	12,5

Fonte: INSS

6. REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO

No período em análise, foram depositados 138 Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT), representando um aumento homólogo muito expressivo de 172,5% face aos 80 IRCT do mesmo período de 2024. Em comparação com o II trimestre de 2025, que registou 128 IRCT, observa-se igualmente uma variação trimestral positiva de 7,8%, evidenciando maior dinâmica na negociação colectiva e na formalização das relações laborais. O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a 57 350, dos quais 32 149 homens e 25 201 mulheres, revelando expansão significativa da cobertura dos IRCT e reforço da protecção laboral formal.

No que respeita aos trabalhadores abrangidos, os maiores volumes concentram-se em Maputo, Cidade de Maputo, Tete e Sofala, reflectindo maior densidade económica e laboral. Cabo Delgado, com 2 894 trabalhadores abrangidos, apresenta uma queda homóloga significativa, acompanhada por redução do número de IRCT, revelando desaceleração na actividade negocial formal na província. Os resultados mostram que,

apesar do crescimento muito expressivo no total nacional de IRCT depositados, persistem disparidades territoriais relevantes, reforçando a necessidade de fortalecer os mecanismos provinciais de diálogo social e apoio técnico às partes envolvidas (Quadro 20).

Quadro 20 – IRCT depositados e trabalhadores abrangidos por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024					II Trimestre 2025					III Trimestre 2025					Var. (%)	
	IRCT	Trabalhadores abrangidos			IRCT	Trabalhadores abrangidos			IRCT	Trabalhadores abrangidos			IRCT. Hom.	IRCT. Ant.			
		HM	H	M		HM	H	M		HM	H	M		HM	H	M	
Moçambique	80	16 358	10 173	6 185	128	56 773	34 731	22 042	138	57 350	32 149	25 201	172,5	7,8			
Niassa	4	1 465	815	650	8	908	587	321	5	1 526	905	621	25,0	-37,5			
Cabo Delgado	7	558	301	257	15	18 898	10 742	8 156	4	2 894	1 521	1 373	-42,9	-73,3			
Nampula	8	1 475	845	630	8	929	628	301	6	3 789	2 339	1 450	-25,0	-25,0			
Zambézia	5	1 387	849	538	22	2 564	1 584	980	3	3 688	1 887	1 801	-40	-86,4			
Tete	16	1 350	1 026	324	5	7 352	4 351	3 001	27	8 569	5 041	3 528	68,8	..			
Manica	9	1 555	999	556	8	1 199	555	644	2	1 542	851	691	-77,8	-75,0			
Sofala	8	2 354	1 284	1 070	9	2 711	1 666	1 045	7	5 201	3 168	2 033	-12,5	-22,2			
Inhambane	8	3 510	2 410	1 100	12	5 546	4 218	1 328	15	6 239	3 227	3 012	87,5	25,0			
Gaza	10	193	93	100	10	5 275	3 088	2 187	15	7 254	3 897	3 357	50,0	50,0			
Maputo	5	2 511	1 551	960	9	5 875	3 054	2 821	33	12 537	6 856	5 681	..	266,7			
Cidade de Maputo	-	-	-	-	22	5 516	4 258	1 258	21	4 111	2 457	1 654	..	-4,5			

Fonte: DNT

7. RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS LABORAIS

Foram registados, no período em análise, 1 427 processos de mediação laboral, número inferior aos 1 880 processos observados no mesmo período de 2024, o que corresponde a uma redução homóloga de 24,1%. Em relação ao II trimestre de 2025, que contabilizou 1 453 mediações, verifica-se igualmente uma ligeira queda trimestral de 1,8%, sugerindo estabilização do nível de conflitos laborais formais submetidos aos serviços de mediação. Do total registado, 1 224 processos (85,8%) resultaram em acordo entre as partes, enquanto 203 processos (14,2%) terminaram em impasse, mantendo uma taxa de resolução relativamente elevada.

No que respeita à eficácia da mediação, observou-se que a maioria das províncias manteve taxas elevadas de acordos, como Maputo Cidade, Sofala e Maputo, evidenciando capacidade institucional para promover soluções consensuais. Contudo, Cabo Delgado apresentou proporção significativa de processos em impasse (18 de 26 processos), o que pode reflectir desafios locais relacionados com condições laborais, fragilidade institucional ou maior complexidade dos conflitos. Os resultados do Quadro 21 demonstram que, apesar da redução global no volume de mediações, o sistema mantém níveis elevados de resolução, embora marcados por fortes assimetrias territoriais (Quadro 21).

Quadro 21 – Mediação laboral por trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024			II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%) Total mediado	
	Total mediado	Com acordo	Impasse	Total mediado	Com acordo	Impasse	Total mediado	Com acordo	Impasse	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	1 880	1 660	220	1 453	1 278	175	1 427	1 224	203	-24,1	-1,8
Niassa	23	19	4	22	20	2	29	26	3	26,1	31,8
Cabo Delgado	66	53	13	25	17	8	26	8	18	-60,6	4,0
Nampula	178	177	1	124	113	11	128	109	19	-28,1	3,2
Zambézia	115	100	15	53	46	7	40	29	11	-65,2	-24,5
Tete	62	55	7	90	79	11	74	66	8	19,4	-17,8
Manica	74	68	6	55	51	4	41	36	5	-44,6	-25,5
Sofala	260	234	26	247	219	28	224	197	27	-13,8	-9,3
Inhambane	29	27	2	27	27	-	33	29	4	13,8	22,2
Gaza	47	37	10	33	30	3	28	25	3	-40,4	-15,2
Maputo	429	380	49	318	282	36	294	257	37	-31,5	-7,5
Cidade de Maputo	597	510	87	459	394	65	510	442	68	-14,6	11,1

Fonte: COMAL

A mediação laboral abrangeu um total de 6 652 trabalhadores, dos quais 6 141 homens e 511 mulheres, reflectindo uma distribuição fortemente assimétrica de predominância masculina nos conflitos laborais formalizados. Esta composição reforça o padrão recorrente observado em vários indicadores do mercado de trabalho, nos quais os homens tendem a representar a maioria dos trabalhadores envolvidos em disputas laborais e processos de resolução de conflitos.

As dinâmicas territoriais mostram concentrações muito acentuadas. A província de Sofala destaca-se de forma marcante, com 4 313 trabalhadores abrangidos, equivalentes a 64,8% do total nacional, o que evidencia elevada incidência de conflitos laborais formais ou elevada capacidade institucional de mediação. Seguem-se Cidade de Maputo, com 640 trabalhadores (9,6%), e Nampula, com 807 abrangidos (12,1%), representando os principais centros de referência no volume de trabalhadores envolvidos em mediação. As restantes províncias apresentam valores significativamente inferiores, variando entre 25 trabalhadores em Niassa e 175 em Tete, reforçando a concentração regional dos processos de mediação laboral.

A análise por sexo revela assimetrias relevantes. Em Sofala, os homens representam 69,1% dos trabalhadores abrangidos, enquanto as mulheres correspondem a 13,1%, demonstrando forte disparidade. Em contrapartida, alguns territórios evidenciam maior participação feminina relativa, como Cidade de Maputo, onde as mulheres representam 61,4% dos trabalhadores envolvidos, e Gaza, com 7,2%. Cabo Delgado, com 29 trabalhadores abrangidos (25 homens e 4 mulheres), mantém níveis muito reduzidos de incidência, condizentes com o baixo volume de processos de mediação laboral na província. No conjunto, os dados do Quadro 22 indicam que a mediação laboral permanece altamente concentrada em Sofala e nos grandes centros urbanos, com

padrões de género que refletem a estrutura sectorial e a dinâmica das relações laborais formais (Quadro 22).

Quadro 22 – Trabalhadores abrangidos na mediação laboral por sexo, segundo unidade territorial, III trimestre, 2025

Unidade territorial	Total	Homens	Mulheres	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Moçambique	6 652	6 141	511	100,0	100,0	100,0
Niassa	25	22	3	0,4	0,4	0,6
Cabo Delgado	29	25	4	0,4	0,4	0,8
Nampula	807	797	10	12,1	13,0	2,0
Zambézia	58	51	7	0,9	0,8	1,4
Tete	175	170	5	2,6	2,8	1,0
Manica	52	46	6	0,8	0,7	1,2
Sofala	4 313	4 246	67	64,8	69,1	13,1
Inhambane	100	87	13	1,5	1,4	2,5
Gaza	85	48	37	1,3	0,8	7,2
Maputo	368	323	45	5,5	5,3	8,8
Cidade de Maputo	640	326	314	9,6	5,3	61,4

Fonte: COMAL

8. PROMOÇÃO DA LEGALIDADE LABORAL

8.1. Controlo das condições de trabalho

No período em análise, foram fiscalizados 2 774 estabelecimentos a nível nacional, valor superior aos 2 181 estabelecimentos do mesmo período de 2024, representando um aumento homólogo de 27,2%. Em relação ao II trimestre de 2025, quando haviam sido visitados 1 972 estabelecimentos, observa-se igualmente uma variação trimestral positiva muito expressiva de 40,7%, evidenciando reforço da capacidade inspectiva e maior cobertura territorial das acções de fiscalização laboral. No conjunto, a actividade inspectiva demonstra dinamismo significativo, contribuindo para a promoção da conformidade laboral e para o reforço da protecção dos trabalhadores.

No que respeita aos trabalhadores abrangidos, o III trimestre de 2025 contabilizou 32 171 trabalhadores fiscalizados, dos quais 26 150 homens e 6 021 mulheres, mantendo o padrão de predominância masculina já observado em trimestres anteriores. As províncias com maior volume de trabalhadores abrangidos foram Maputo Cidade, Maputo, Sofala e Nampula, reflectindo maior concentração de unidades económicas formais e intensidade das acções inspectivas. Em contrapartida, províncias como Niassa, Tete e Cabo Delgado apresentaram volumes mais moderados, embora com crescimentos distintos face aos períodos anteriores.

No geral, o quadro evidencia forte expansão nacional da fiscalização laboral, embora marcada por dinâmicas provinciais diferenciadas, com impacto directo na melhoria das condições de trabalho e no cumprimento da legislação laboral (Quadro 23).

Quadro 23 – Estabelecimentos fiscalizados, trabalhadores abrangidos, por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	Estabelecimentos visitados			III Trim. 2024	Trabalhadores abrangidos						Var. (%) Estabelecimentos visitados		
	II Trim. 2025	III Trim. 2025	III Trim. 2024		II Trim. 2025			III Trim. 2025			Per. Hom.	Per. Ant.	
					HM	H	M	HM	H	M			
Moçambique	2 181	1 972	2 774	33 750	37 528	31 436	6 092	32 171	26 150	6 021	27,2	40,7	
Niassa	166	149	160	893	1 156	1 045	111	1 277	1 109	168	-3,6	7,4	
Cabo Delgado	149	76	302	939	3 581	3 228	353	1 780	1 543	237	102,7	297,4	
Nampula	325	348	290	5 020	7 457	6 415	1 042	5 998	5 098	900	-10,8	-16,7	
Zambézia	230	209	242	1 128	936	741	195	1 384	1 182	202	5,2	15,8	
Tete	144	169	119	4 221	2 545	1 746	799	2 270	1 769	501	-17,4	-29,6	
Manica	142	113	151	3 432	3 255	2 819	436	1 772	1 533	239	6,3	33,6	
Sofala	259	233	324	5 687	5 369	4 692	677	5 228	4 456	772	25,1	39,1	
Inhambane	143	163	270	1 947	991	753	238	1 548	1 165	383	88,8	65,6	
Gaza	66	136	235	781	1 542	1 371	171	1 764	1 515	249	256,1	72,8	
Maputo	234	173	466	6 383	5 929	4 597	1 332	7 775	5 698	2 077	99,1	169,4	
Cidade de Maputo	323	203	215	3 319	4 767	4 029	738	1 375	1 082	293	-33,4	5,9	

Fonte: IGT

Foram suspensos 3 trabalhadores estrangeiros ilegais, número inferior aos 17 suspensos no mesmo período de 2024, representando uma redução homóloga acentuada de 41,2%. Em relação ao II trimestre de 2025, que registara 10 trabalhadores suspensos, observa-se igualmente uma queda trimestral significativa de 70,6%, traduzindo uma diminuição substantiva da incidência de casos detectados. Esta redução pode refletir maior conformidade documental por parte dos empregadores ou ajustes operacionais nas acções de fiscalização migratória e laboral (Quadro 24).

Quadro 24 – Trabalhadores estrangeiros ilegais suspensos por sexo e trimestre, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial		II Trimestre 2025	III Trimestre 2025	Var. (%)
---------------------	--	-------------------	--------------------	----------

	III Trim. 2024	HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Moçambique	17	34	32	2	10	7	3	-41,2	-70,6
Niassa	-	-	-	-	-	-	-
Cabo Delgado	-	-	-	-	-	-	-
Nampula	-	22	20	2	-	-	-
Zambézia	-	-	-	-	-	-	-
Tete	-	-	-	-	-	-	-
Manica	5	1	1	-	3	3	-	-40,0	200,0
Sofala	5	9	9	-	4	1	3	-20,0	-55,6
Inhambane	-	-	-	-	-	-	-
Gaza	-	-	-	-	-	-	-
Maputo	6	2	2	-	3	3	-	-50,0	50,0
Cidade de Maputo	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IGT

No período em análise foram registadas 2 043 infracções laborais, número inferior às 2 239 registadas no mesmo período de 2024, correspondendo a uma redução homóloga de 8,7%. Em relação ao II trimestre de 2025, que contabilizou 2 121 infracções, observa-se igualmente uma queda trimestral de 3,7%, indicando ligeira desaceleração da incidência de violações à legislação laboral. Deste total, 311 infracções resultaram em aplicação de multa, enquanto 1 732 foram resolvidas sem multa, mantendo o padrão de predominância de processos orientados para correção administrativa. As variações sugerem um ambiente de maior conformidade ou eficácia das acções inspectivas preventivas.

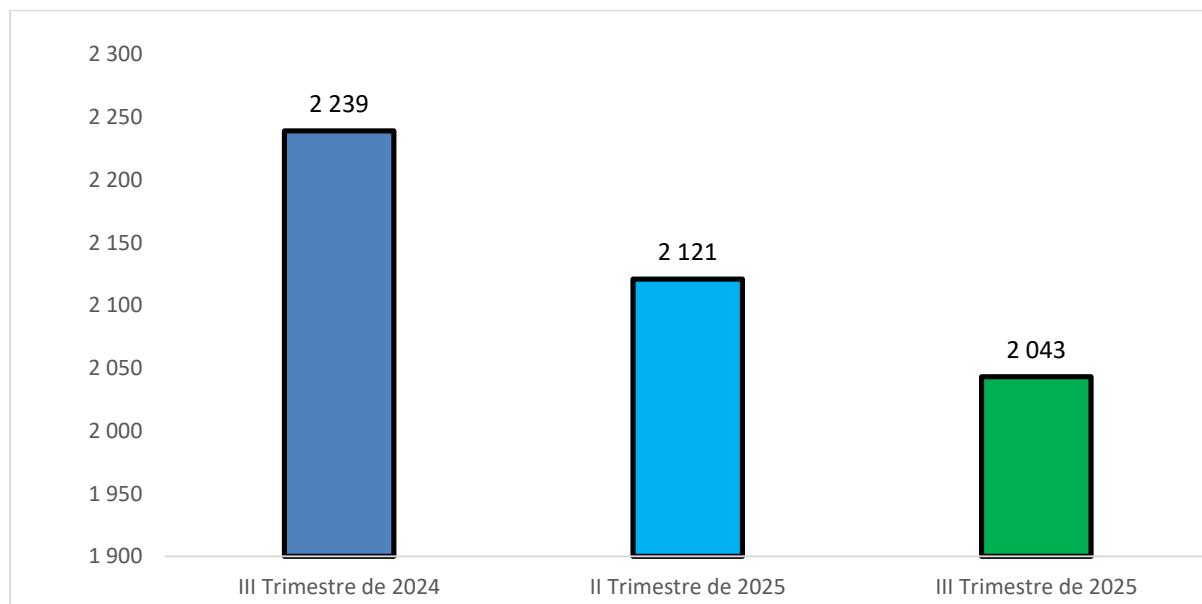
No que respeita às infracções com multa, destacam-se Maputo Cidade, Maputo, Zambézia e Gaza como as províncias com maior incidência sancionatória, sugerindo maior gravidade ou reincidência das violações verificadas. As infracções sem multa continuam a representar a maioria dos casos, expressando o enfoque das autoridades na correcção imediata e no cumprimento voluntário das obrigações laborais (Quadro 25 e Gráfico 6).

Quadro 25 – Infracções registadas por trimestre com multa e sem multa, segundo Unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	Total			III Trimestre de 2024		II Trimestre de 2025		III Trimestre de 2025	
	III Trimestre de 2024	II Trimestre de 2025	III Trimestre de 2025	Com multa	Sem multa	Com multa	Sem multa	Com multa	Sem multa
Moçambique	2 239	2 121	2 043	249	1 990	262	1 859	311	1 732
Niassa	144	161	193	-	144	22	139	22	171
Cabo Delgado	83	63	53	27	56	21	42	39	14
Nampula	249	260	186	3	246	2	258	1	185
Zambézia	446	261	299	43	403	18	243	59	240
Tete	12	26	27	9	3	5	21	3	24
Manica	371	201	273	32	339	23	178	25	248
Sofala	4	21	34	4	-	14	7	27	7
Inhambane	20	27	26	4	16	10	17	7	19
Gaza	53	186	284	10	43	17	169	40	244
Maputo	563	627	438	74	489	96	531	56	382
Cidade de Maputo	294	288	230	43	251	34	254	32	198

Fonte: IGT

Gráfico 6 - Infracções registadas por trimestre, 2024 e 2025



Fonte: IGT

8.2. Acidentes de trabalho

No III trimestre de 2025, foram registados 174 trabalhadores acidentados, número substancialmente inferior aos 237 casos registados no mesmo período de 2024, representando uma redução homóloga expressiva. Em comparação com o II trimestre de 2025, verifica-se igualmente uma descida significativa, demonstrando melhoria aparente nas condições de segurança laboral ou maior eficácia das medidas preventivas implementadas. Dos acidentes registados em 2025, 124 resultaram em Incapacidade Temporária (IT), 27 em Incapacidade Parcial Permanente (IPP), 19 em Incapacidade Permanente Total (IPT) e 4 em morte, mantendo a predominância de acidentes reversíveis mas indicando persistência de casos graves.

Maputo registou o maior número de acidentes (72 casos), com predominância de situações de IT (58 casos) e 13 de IPP, mantendo-se como o principal foco de incidência. Seguem-se Tete, com 31 acidentados, repartidos entre IT, IPP e IPT, e Cabo Delgado, com 18 acidentes, incluindo um caso de IPP e 7 mortes, o número de mortes mais elevado entre todas as províncias, evidenciando gravidade dos acidentes registados no período. Cidade de Maputo, com 17 casos, também apresenta número relevante, maioritariamente de IT e alguns de IPP. Em contrapartida, províncias como Inhambane, Nampula e Manica não registaram acidentes no trimestre, após terem apresentado incidências nos períodos anteriores.

Ao comparar os trimestres, observam-se reduções marcantes em províncias como Sofala, Zambézia, Tete, Cidade de Maputo e Nampula, enquanto Cabo Delgado apresenta redução face ao trimestre anterior, mas mantém um perfil de gravidade elevado. As mortes registadas em Cabo Delgado, Gaza e Maputo constituem um alerta para reforço das medidas de prevenção, sobretudo em sectores de maior risco. No geral, o comportamento do indicador sugere uma tendência nacional de diminuição da sinistralidade laboral, embora com padrões territoriais heterogéneos e persistência de acidentes graves em áreas específicas, reforçando a necessidade de intervenções direcionadas (Quadro 26).

Quadro 26 – Trabalhadores acidentados registados por trimestre e tipo de incapacidade, segundo unidade territorial, 2024 e 2025

Unidade territorial	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025					III Trimestre 2025				
		Total	IT	IPP	IPT	M	Total	IT	IPP	IPT	M
Moçambique	237	240	127	67	41	5	174	124	27	19	4
Niassa	-	2	2	-	-	-	5	4	-	-	1
Cabo Delgado	16	39	25	1	13	-	18	10	1	7	-
Nampula	-	13	11	2	-	-	1	1	-	-	-
Zambézia	39	15	8	3	2	2	3		1	2	-
Tete	6	63	5	45	11	2	31	17	6	6	2
Manica	3	21	19	1	1	-	3	3	-	-	-
Sofala	21	10	-	10	-	-	15	14	1	-	-
Inhambane	16	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Gaza	5	8	8	-	-	-	9	3	2	4	-
Maputo	42	11	9	1	-	1	72	58	13	-	1
Cidade de Maputo	89	53	35	4	14	-	17	14	3	-	-

Fonte: IGT

A análise sectorial revela que os maiores volumes de acidentes ocorreram na Indústria Extractiva (37 casos), Indústria Transformadora (32 casos), Prestação de Serviços e Segurança Privada (37 casos) e Agricultura, Silvicultura e Pesca (28 casos). Apesar de registarem reduções relevantes face ao trimestre anterior, com especial destaque para a Construção e Obras Públicas, que passou de 76 para apenas 17 acidentados, estes sectores continuam a representar os segmentos de maior exposição a riscos ocupacionais. A Agricultura, embora tenha reduzido significativamente os acidentes, mantém-se entre as actividades mais críticas, reforçando a necessidade de fortalecer práticas de segurança e saúde ocupacional em zonas rurais e operações de pequeno porte.

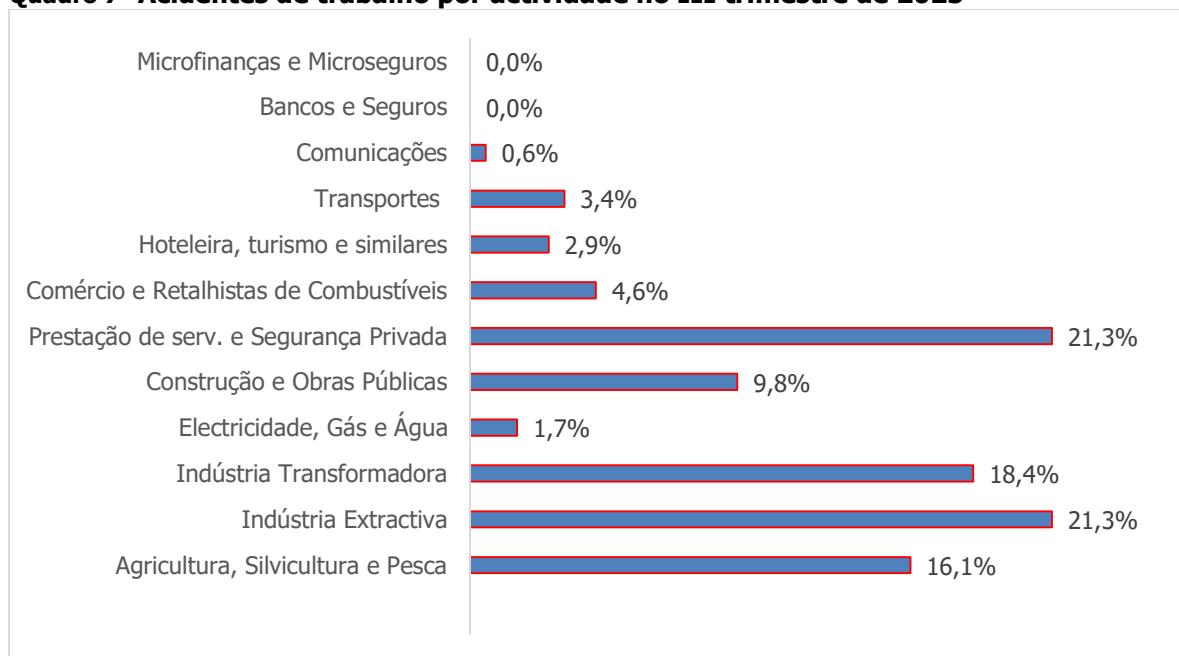
Algumas actividades registaram comportamentos pontuais, mas relevantes. O sector de Comércio e Retalhistas de Combustíveis aumentou de 5 para 8 acidentes, um crescimento homólogo de 60%, enquanto o sector de Hotelaria e Turismo também apresentou um ligeiro incremento. Actividades como Transportes, Comunicações e Electricidade, Gás e Água registaram quedas acentuadas, sugerindo melhoria das condições operacionais ou redução da exposição ao risco. Sectores como Bancos e Seguros e Microfinanças não registaram acidentes no trimestre. No conjunto, os resultados do Quadro 27 demonstram que, embora o número global de acidentes esteja a diminuir, persistem riscos elevados em sectores específicos, indicando áreas prioritárias para acções de prevenção e fiscalização.

Quadro 27 – Trabalhadores acidentados registados por sexo e trimestre, segundo actividade, 2024 e 2025

Actividade	III Trimestre 2024	II Trimestre 2025			III Trimestre 2025			Var. (%)	
		HM	H	M	HM	H	M	Per. Hom.	Per. Ant.
Total	237	240	193	47	174	158	16	-26,6	-27,5
Agricultura, Silvicultura e Pesca	46	28	19	9	28	22	6	-39,1	0,0
Indústria Extractiva	36	46	43	3	37	37	-	2,8	-19,6
Indústria Transformadora	43	30	23	7	32	25	7	-25,6	6,7
Electricidade, Gás e Água	3	4	4	-	3	3	-	0,0	-25,0
Construção e Obras Públicas	18	76	54	22	17	17	-	-5,6	-77,6
Prestação de serviço e Segurança Privada	45	38	35	3	37	37	-	-17,8	-2,6
Comércio e Retalhistas de Combustíveis	5	2	2	-	8	7	1	60,0	..
Hoteleira, turismo e similares	4	1	1	-	5	3	2	25,0	..
Transportes	9	11	11	-	6	6	-	-33,3	-45,5
Comunicações	27	1	-	1	1	1	-	-96,3	0,0
Bancos e Seguros	1	3	1	2	-	-	-
Microfinanças e Microseguros	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IGT

Quadro 7- Acidentes de trabalho por actividade no III trimestre de 2025



Fonte: IGT

8.3. Divulgação da legislação laboral

No período em análise, foram realizadas 510 palestras de mediação laboral a nível nacional, abrangendo um total de 1 179 empregadores e 7 745 trabalhadores, dos quais 5 734 homens. A expressiva participação registada demonstra o esforço contínuo das

instituições laborais para reforçar os mecanismos de prevenção de conflitos e promover ambientes de trabalho mais equilibrados e conformes à legislação.

As dinâmicas territoriais evidenciam concentrações significativas em províncias com forte dinamismo económico e maior densidade empresarial. Maputo destaca-se com 2 639 trabalhadores abrangidos, seguida de Cidade de Maputo com 1 104, Nampula com 675, Cabo Delgado com 623, e Zambézia com 411. Estas províncias foram igualmente responsáveis pelo maior número de empregadores presentes nas acções formativas, situação que reflete maior capacidade institucional e maior nível de formalização das relações de trabalho. Por outro lado, províncias como Niassa, Gaza e Tete registaram números relativamente mais modestos de trabalhadores participantes, embora evidenciem empenho crescente na disseminação de práticas de mediação laboral.

A participação feminina mostra variações territoriais relevantes. Enquanto Maputo (929 mulheres) e Cidade de Maputo (263 mulheres) apresentam maior inclusão feminina, províncias como Nampula, Niassa e Cabo Delgado registam níveis de participação bastante mais reduzidos, espelhando desigualdades na ocupação laboral e no acesso às actividades de sensibilização. De forma geral, o conjunto dos resultados do Quadro 28 demonstra que a estratégia de formação e mediação laboral continua a expandir-se, tanto em termos de cobertura territorial como de número de beneficiários, reforçando a prevenção de conflitos, a melhoria do diálogo social e a consolidação de boas práticas laborais no país (Quadro 28).

Quadro 28 – Trabalhadores abrangidos nas palestras de mediação laboral, por sexo segundo unidade territorial e actividade, III trimestre 2025

Unidade territorial	Nº de palestras realizadas	Nº de empregadores			Nº de trabalhadores		
		HM	H	M	HM	H	M
Moçambique	510	1 179	1 039	140	7 745	5 734	2 011
Niassa	23	23	23	-	217	199	18
Cabo Delgado	56	35	35	-	623	470	153
Nampula	77	145	139	6	675	663	12
Zambézia	20	422	411	11	411	389	22
Tete	50	55	34	21	258	199	59
Manica	35	27	27	-	483	350	133
Sofala	35	-	-	-	527	412	115
Inhambane	33	43	29	14	590	365	225
Gaza	38	-	-	-	218	136	82
Maputo	55	330	284	46	2 639	1 710	929
Cidade de Maputo	88	99	57	42	1 104	841	263

Fonte: COMAL

No III trimestre de 2025, foram realizadas palestras no âmbito de HIV/SIDA, Higiene e Segurança no Trabalho (HST) e Lei do Trabalho, abrangendo um conjunto expressivo de empresas e trabalhadores em todo o país. No domínio do HIV/SIDA, foram sensibilizadas 398 empresas, envolvendo 7 750 trabalhadores, dos quais 6 433 homens e 1 317 mulheres, confirmado o enfoque contínuo na prevenção e mitigação de vulnerabilidades que afectam directamente o bem-estar laboral. No âmbito de HST, a cobertura foi ainda mais abrangente, com 436 empresas e 9 764 trabalhadores, evidenciando o reforço das políticas de prevenção de acidentes e promoção de ambientes de trabalho seguros. No que respeita à Lei do Trabalho, foram abrangidas 190 empresas e 3 831 trabalhadores, assegurando a difusão de informação normativa essencial para a promoção das relações laborais justas e conformes.

A participação feminina continua reduzida em todas as acções, embora apresente variações territoriais relevantes. Em sectores como HST, províncias como Nampula (736 mulheres) e Maputo (420 mulheres) mostram maior capacidade de inclusão, ao passo que áreas como Niassa, Manica e Sofala mantêm participação muito inferior. No âmbito da Lei do Trabalho, a província de Cabo Delgado destaca-se com 230 mulheres incluídas, representando uma participação feminina proporcionalmente mais elevada do que outras províncias. No conjunto, os resultados demonstram que as acções de sensibilização permanecem fundamentais para a promoção da saúde, da segurança e do cumprimento normativo, ainda que persistam desafios na inclusão equilibrada por sexo e na expansão uniforme da cobertura territorial (Quadro 29).

Quadro 29 – Palestras realizadas por acção, número de empresas, trabalhadores por sexo segundo unidade territorial, III trimestre 2025

Unidade territorial	HIV/SIDA				HST				Lei do trabalho			
	Nº de empresas	Trabalhadores			Nº de empresas	Trabalhadores			Nº de empresas	Trabalhadores		
		HM	H	M		HM	H	M		HM	H	M
Moçambique	398	7 750	6 433	1 317	436	9 764	8 149	1 615	190	3 831	2 960	871
Niassa	-	-	-	-	23	750	659	91	2	270	250	20
Cabo Delgado	35	1 030	690	340	48	963	804	159	32	547	317	230
Nampula	43	59	43	16	184	5 168	4 432	736	17	379	303	76
Zambézia	-	-	-	-	70	259	232	27	-	-	-	-
Tete	3	128	105	23	-	-	-	-	-	-	-	-
Manica	15	131	114	17	15	131	114	17	-	-	-	-
Sofala	-	-	-	-	21	962	892	70	8	720	480	240
Inhambane	46	123	104	19	-	-	-	-	37	102	91	11
Gaza	197	5 168	4 432	736	36	74	60	14	33	869	729	140
Maputo	48	963	804	159	35	1 075	655	420	45	898	750	148
Cidade de Maputo	11	148	141	7	4	382	301	81	16	46	40	6

Fonte: IGT

No mesmo período, observou-se uma forte mobilização empresarial nas acções de sensibilização relacionadas com HIV/SIDA, Higiene e Segurança no Trabalho (HST) e Lei

do Trabalho, abrangendo um total de 398, 436 e 190 empresas, respectivamente. As acções de HIV/SIDA envolveram 7 750 trabalhadores, com predominância masculina (6 433 homens e 1 317 mulheres), enquanto as de HST abrangeram 9 764 trabalhadores, dos quais 8 149 homens e 1 615 mulheres, reafirmando o carácter extensivo destas acções no reforço da prevenção e segurança ocupacional. No âmbito da Lei do Trabalho, foram atingidos 3 831 trabalhadores, distribuídos entre 2 960 homens e 871 mulheres, comprovando a continuidade dos esforços de disseminação normativa entre sectores estratégicos.

A análise por actividade económica revela que a Indústria Transformadora e o Comércio e Retalhistas de Combustíveis se destacam como os sectores com maior participação nas acções. Na Indústria Transformadora, 97 empresas participaram em seminários sobre HIV/SIDA, envolvendo 3 386 trabalhadores, enquanto 123 empresas participaram em acções de HST, abrangendo 4 343 trabalhadores, um dos valores mais elevados do quadro. No sector do Comércio, 175 empresas estiveram envolvidas em acções de HIV/SIDA (2 065 trabalhadores) e 192 em HST (2 024 trabalhadores), demonstrando a importância deste segmento na agenda de conformidade laboral e prevenção de riscos. Em contraponto, sectores como Transportes, Comunicações e Bancos & Seguros registaram volumes muito reduzidos ou nulos em algumas acções, reflectindo menor dinamismo ou menor capacidade de mobilização institucional nesses ramos.

As acções relativas à Lei do Trabalho apresentam igualmente padrões sectoriais específicos. A maior concentração de trabalhadores sensibilizados verifica-se no sector da Prestação de Serviços e Segurança Privada, com 1 901 trabalhadores, seguido pela Indústria Transformadora (611 trabalhadores) e pelo Comércio (28 trabalhadores). Estes números evidenciam que os sectores com elevada densidade laboral e maiores riscos de incumprimento tendem a ser alvo prioritário de intervenção institucional. A participação feminina permanece significativamente inferior à masculina em quase todas as actividades, embora sectores como hotelaria e serviços revelem níveis mais elevados de inclusão relativa. No conjunto, os dados do Quadro 30 demonstram que as iniciativas de sensibilização continuam a expandir-se de forma estratégica, priorizando sectores críticos para a formalização e a segurança laboral, ainda que persistam desafios na cobertura equilibrada entre actividades e na participação por sexo.

Quadro 30 - Palestras realizadas por acção, número de empresas, trabalhadores por sexo, segundo actividade, III trimestre 2025

Actividade	HIV/SIDA				HST				Lei do trabalho			
	Nº de empresas	Trabalhadores			Nº de empresas	Trabalhadores			Nº de empresas	Trabalhadores		
		HM	H	M		HM	H	M		HM	H	M
Total	398	7 750	6 433	1 317	436	9 764	8 149	1 615	190	3 831	2 960	871
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	-	-	1	236	186	50	-	-	-	-
Indústria Extractiva	9	1343	1187	156	19	1777	1587	190	-	-	-	-
Indústria Transformadora	97	3386	2808	578	123	4343	3494	849	34	611	491	120
Electricidade, Gás e Água	2	11	7	4	3	27	19	8	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	8	141	121	20	8	141	121	20	35	492	444	48
Pestação de Serviços e Segurança Privada	86	1093	871	222	72	1103	937	166	70	1901	1466	435
Comércio e Retalhistas de Combustíveis	175	1625	1345	280	192	2024	1741	283	13	28	24	4
Hoteleira, Turismo e Similares	20	109	82	27	16	71	52	19	21	53	44	9
Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	9	26	21	5
Comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	8	720	470	250
Bancos e Seguros	-	-	-	-	1	16	-	16	-	-	-	-
Microfinanças e Microseguros	1	42	12	30	1	26	12	14	-	-	-	-

Fonte: IGT

9. GLOSSÁRIO

Acidente de trabalho: É o sinistro que se verifica no local e durante o tempo de trabalho, desde que produza directa ou indirectamente no trabalhador subordinado, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho.

Admissão automática: Igualmente conhecida como contratação no âmbito da quota, é o regime de contratação de cidadãos de nacionalidade estrangeira de acordo com as quotas legalmente estabelecidas. Aplica-se também em situações de regime de trabalho de curta duração (inferior a 180 dias por ano) e de projectos de investimento estrangeiro. Nesses casos, o empregador pode ter ao seu serviço cidadão estrangeiro, bastando comunicar aos órgãos da administração do trabalho.

Autorização de trabalho: É o regime de contratação de cidadão estrangeiro para prestação de serviço numa entidade empregadora nacional ou estrangeira que exerce actividade no País mediante autorização do Ministro do Trabalho. A autorização tem validade de 2 anos prorrogáveis por igual período ou pelo tempo que faltar para o fim do trabalho.

Beneficiário (trabalhador) activo: É o trabalhador assalariado inscrito no INSS que paga as suas contribuições ao Instituto Nacional de Segurança Social.

Beneficiário (trabalhador) inscrito: É o trabalhador assalariado registado no sistema de segurança social.

Categoria de desempregado: Situação para distinguir se o candidato procura o primeiro emprego ou um novo emprego.

Colocações efectuadas: Ofertas de emprego satisfeitas ao longo do período,

com candidatos apresentados pelos centros de emprego.

Contribuinte activo: É a empresa ou estabelecimento que cumpre com as suas obrigações, ou seja, envia as folhas de remunerações e as devidas contribuições ao sistema de segurança social.

Contribuinte inscrito: É a empresa ou estabelecimento registado no sistema de segurança social.

Desempregado: Pessoa sem emprego, disponível para trabalhar e que procura emprego.

Desempregados inscritos (ao longo do período): Pessoas sem emprego e disponíveis para trabalhar e que durante o período de referência se inscreveram nos centros de emprego, para efeitos de colocação.

Desemprego registado no final do período (acumulado): Pessoas sem emprego, disponíveis para trabalhar, que no final do período em análise permaneciam inscritas nos centros de emprego (saldo).

Empregos registados: É o número de trabalhadores recrutados num determinado período.

Estabelecimento: Unidade de actividade económica local que sob um único regime de propriedade ou de controlo através de uma empresa, produz exclusiva ou principalmente, um grupo homogéneo de bens ou serviços.

Formação profissional: É o processo que visa a aquisição das capacidades indispensáveis ao início do exercício duma profissão. É o programa completo de formação que habilita ao desempenho das tarefas que constituem uma função ou profissão.

Incapacidade Permanente Parcial (IPP): Situação de que resulta para a vítima

com carácter permanente deficiência física parcial. Ex.: Perda de um membro superior.

Incapacidade Permanente Total (IPT): Situação de que resulta para a vítima com carácter permanente deficiência física completa ou mental. Ex.: Perda completa dos membros inferiores.

Incapacidade Temporária (IT): Situação de que resulta para a vítima incapacidade de pelo menos um dia completo de trabalho além do dia em que ocorre o acidente. O acidentado recupera em 100% o seu estado de saúde.

Trabalhador por conta própria:

Compreende pessoas que ao exercer as suas actividades, fazem sem necessidade de emprego e cujo rendimento do seu trabalho reverte para si.

Trabalhadores por Conta de Outrem:

Compreende pessoas que exercem as suas actividades decorrente do emprego em troca de remuneração.